

O Contributo do Instituto da Defesa Nacional para as Missões Internacionais para as Forças Armadas Portuguesas

Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Janeiro, 2021

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais realizado sob a orientação
científica do Professor Doutor António Paulo David Duarte e da Professora Doutora Maria Teresa
Rodrigues.

“Education is the most powerful weapon which you can use to change the world”

Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes meses, consegui alcançar dois dos meus inúmeros propósitos académicos: o estágio no Instituto de Defesa Nacional, e a realização do relatório de estágio. Ambos foram desafiantes, reveladores, compensatórios e inéditos, acompanhados por altos e baixos, avanços e recuos quase impossíveis de os ultrapassar, mas com o contributo de várias pessoas especiais e indispensáveis foi possível concluir este trabalho.

Assim, como por agradecer ao professor António Paulo Duarte por me ajudar na execução do trabalho de investigação e de me acompanhar durante o estágio, à professora Teresa Rodrigues por ter sugerido candidatar-me a um estágio no Instituto de Defesa Nacional, que acabou por ser gratificante e compensador.

A todos os colaboradores do Instituto de Defesa Nacional, por me terem recebido de braços abertos e de partilharem as suas experiências para usá-las no futuro profissional e pessoal.

Às minhas colegas de estágio, Bárbara Monteiro, Maria Oliveira e Cláudia Vivas que ajudaram, apoiaram e incentivaram a ser uma pessoa melhor. Sem elas, não conseguiria alcançar com sucesso esta etapa da minha vida. Aos meus amigos, Mercês, Victoria Hamann, Mariana Raio e Bruno Barradas por me ajudarem a não desistir dos meus sonhos e a ter confiança nas minhas aptidões. Irei guardá-los eternamente no meu coração com grande carinho e amizade. Quero agradecer especialmente à Bárbara Monteiro por me ajudar na elaboração do relatório de estágio.

Ainda agradeço a toda a minha família, especialmente ao meu pai, Fernando Leitão dos Santos e à minha mãe, Maria Filomena Santos, todo o apoio, disponibilidade, força, dedicação, amor, carinho, confiança que proporcionaram ao longo deste percurso, e por me ensinarem a ser resiliente, forte, dedicada, decidida. A eles devo tudo por ter conseguido chegar tão longe e por ser o que sou hoje.

O Contributo do Instituto da Defesa Nacional nas Missões Internacionais das Forças Armadas Portuguesas

RESUMO

A NATO é uma organização fundamental para a segurança e defesa, e importante na evolução tática e técnica das Forças Armadas Portuguesas ao incumbirem-se às operações facultadas pela a Aliança. Atendendo que o Instituto da Defesa Nacional tem como uma das missões promover e valorizar as Forças Armadas, através de publicações, cursos e seminários com foco na segurança e defesa, o presente relatório de estágio tem como objetivo compreender o contributo do Instituto da Defesa Nacional para as Missões Internacionais, nomeadamente da NATO, das Forças Armadas Portuguesas e, além disso, descrever o percurso do estágio nas instalações do Instituto da Defesa Nacional.

Palavras Chave (6): Instituto da Defesa Nacional, Forças Armadas, Segurança e Defesa, Conceito Estratégico da Defesa Nacional, Missões Internacionais, NATO.

The Contribution of the Instituto da Defesa Nacional to the International Missions of the Portuguese Armed Forces

ABSTRACT

NATO is a reliable organization for security and defense, and important in the tactical and technical evolution of the Portuguese Armed Force entrusting with the operations provided by the Alliance. Taking into account that the Instituto da Defesa Nacional has as one of its missions to promote and enhance the Armed Forces, through publications, courses and seminars focused on security and defense, this internship report aims to understand the contribution of the Instituto da Defesa Nacional in international missions, namely NATO, the Portuguese Armed Forces and, intrinsically, to describe the course of the internship in the premises of the Instituto da Defesa Nacional. In this sense, the first part of the report will begin with a historical background of the Instituto da Defesa Nacional.

Keywords (6): National Defense Institute, Armed Forces, Security and Defense, National Defense, National Strategic Concept, International Missions, NATO.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O TRATADO ATLÂNTICO NORTE	3
I.1 Guerra Fria e a NATO	3
I.2 História e Evolução da Aliança	7
CAPÍTULO II: INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL	15
II.1 História do Instituto da Defesa Nacional	15
CAPÍTULO III: ESTÁGIO	26
III.1 Cursos	27
III.2 Visitas de Estudo	32
III.3 Seminários	34
III.4 Conferências	34
III.5 Workshops	36
III.6 Iniciativas/Cooperações	36
III.7 Outras Actividades	37
CAPÍTULO IV: PORTUGAL E A NATO	39
IV.1 Influência da NATO no Sistema Português	39
IV.2 Influência da NATO nas Forças Armadas Portuguesas	42
IV.3 Participação das Forças Armadas em Missões Internacionais da NATO ...	43
CAPÍTULO V: O INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS NAS MISSÕES INTERNACIONAIS DA NATO	45
V.1 Contributo do Instituto da Defesa Nacional	45
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

AMIS – *African Union Mission to Sudan* / Missão da União Africana no Sudão

AMISOM / MAS – *African Union Mission to Somalia* / Missão da União Africana na Somália

CEDN – Conceito Estratégico da Defesa Nacional

CEMRES – Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CZMARA – Comando da Zona Marítima dos Açores

EUA – Estados Unidos da América

EU/UE – *European Union* / União Europeia

FFAA – Forças Armadas

IAEDN – Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional

IDN – Instituto da Defesa Nacional

IFOR – *Implementation Force* / Força de Implementação

ISAF – *International Security Assistance Force* / Força Internacional de Apoio à Segurança

LDN – Lei da Defesa Nacional

MDN – Ministério Defesa Nacional

MRCC – Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo

NATO / OTAN – *North Atlantic Treaty Organization* / Organização Atlântico Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU / UN – Organização das Nações Unidas / United Nations

PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa

STANAVFORLANT – *Standing NATO Maritime Group One* / Grupo Marítimo Permanente da OTAN

UNIFIL / FINUL - *United Nations Interim Force in Lebanon* / *Força Interna das Nações Unidas no Líbano*

UN/MINUSCA- *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* / Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana

UNMISET - *United Nations Mission of Support to East Timor* / Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZMILA – Zona Militar dos Açores

INTRODUÇÃO

A escolha do tema deste relatório teve como base a realização de um estágio no Instituto de Defesa Nacional durante seis meses. A preferência neste local deveu-se ao facto de se dedicar à investigação científica nas áreas da segurança e defesa nacional e internacional, que coincidem com assuntos basilares do curso escolhido. Para além disso, o estágio é uma mais-valia para pôr em prática os conhecimentos teóricos e ganhar experiência profissional. Visto que este trabalho se divide em duas partes, a prática e a teórica, observou-se que seria mais enriquecedor desenvolver um tema que integrasse áreas de interesse académicos e da instituição.

Uma das abordagens teóricas mais apelativas para compreender esta temática é a “Escola Inglesa”, desenvolvida por Hedley Bull, que, por sua vez, afirma que os estados, enquanto grupo, “consciente[s] de certos interesses e valores comuns, forma[m] uma sociedade na qual eles se concebem vinculados por um conjunto comum de regras nas suas relações uns com os outros e participam do trabalho de instituições comuns” (Bull, 1977, p. 13). De entre estas instituições pode-se encontrar a NATO.

Ainda no âmbito desta teoria, é possível associar o papel da NATO e em parte do próprio IDN aos três “objetivos primários” destas sociedades, a ver, “colocar restrições à violência, defender os direitos de propriedade e assegurar que os acordos sejam mantidos” (Bull, 1977, pp. 53-55).

A nível da missão da NATO que atua em termos regionais, os Estados limitam todas as suas ações, especialmente no campo desta Instituição, tornando-se responsáveis pelo estabelecimento de padrões e desempenhando um papel fundamental “na promoção da paz e segurança regionais” (Fawcett, 2004, p. 445).

A NATO foi criada em 1949, com objetivo de manter a segurança e defesa do espaço euro-atlântico e das democracias ocidentais perante a União Soviética. Nesse mesmo ano Portugal tornou-se membro da organização, e desde então que o sistema português teve repercussões positivas no plano interno e externo. Deste modo, ajudou a estabelecer acordos multilaterais e bilaterais como o acordo com os Estados Unidos da América para o usufruto da base das Lajes pela sua importância estratégica, contribuiu para a evolução do Conceito Estratégico da Defesa Nacional. É por isso interessante perceber a influência e importância que a NATO teve no Conceito Estratégico da

Defesa Nacional português e na evolução técnica, de aptidão e conhecimento nas Forças Armadas Portuguesas e a sua participação em Missões Internacionais, bem como o contributo do IDN para assegurar a propagação, fomentação e promoção, no quadro das Forças Armadas nas suas investigações. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo entender se o Instituto da Defesa Nacional contribui de alguma forma para dar relevância às Missões Internacionais para as Forças Armadas Portuguesas.

Neste sentido, o primeiro capítulo do relatório de estágio foca-se no enquadramento histórico e evolução da NATO e do Instituto da Defesa Nacional onde é explanada a sua história e a sua missão. O segundo capítulo prende-se com as funções e atividades em que a estagiária participou durante o seu estágio nesta última instituição. No terceiro considera-se a influência da NATO no Sistema Português e nas Forças Armadas Portuguesas e exemplificação das Forças Portuguesas em Missões Internacionais da Aliança. Por fim, no quarto capítulo, observa-se o contributo do Instituto da Defesa Nacional nas Missões da NATO para as Forças Armadas Portuguesas.

Para a realização da investigação do tema foram utilizados métodos e técnicas de investigação assentes em dados secundários indiretos e preexistentes como fontes documentais escritas e não escritas, oficiais e não oficiais, artigos, pesquisa bibliográfica apropriada para se chegar a conclusões concretas sobre o objeto de estudo.

CAPÍTULO I: O TRATADO ATLÂNTICO NORTE

I.1 Guerra Fria e a NATO

A Segunda Guerra Mundial cessou com a vitória dos Aliados, mas com grandes consequências. A maior parte da Europa Central ficou em ruínas, as cidades ficaram completamente arrasadas pelos bombardeamentos e as infraestruturas de comunicações destruídas. As perdas ultrapassaram os 60 milhões de indivíduos e mais alguns milhões encontravam-se desaparecidos ou deslocados. A escassez de recursos de primeira necessidade era imensa e o setor industrial não foi capaz de dar resposta às necessidades. A urgência de garantir uma cooperação levou os líderes das forças aliadas a reunirem-se em Bretton Woods, em 1944, e estabelecerem uma ordem económica mundial para o pós-guerra.¹ Pode afirmar-se que os Estados Unidos da América foram os vencedores da Segunda Guerra Mundial, sendo que o seu território, geograficamente distante da zona do conflito, não sofreu as consequências da guerra. O seu setor industrial não só permaneceu intato como foi estimulado pelo esforço da contenda. Como principais fornecedores de alimentos, instrumentos de guerra e matérias-primas, a América saiu da guerra fortalecida e enriquecida.² Para além de consolidarem o seu poder político e económico, também se tornaram na primeira potência militar, tendo à sua disposição uma arma nova – a bomba atómica – usada em 1945 nos bombardeamentos de Hiroxima e Nagasáqui³, a sua posse foi um fator determinante na rendição do Japão e do fim da Segunda Guerra Mundial.

¹ O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional foram criados em 1945 para proporcionarem taxas de câmbio estáveis e empréstimos que viabilizassem as transações financeiras internacionais e a reconstrução dos países destruídos pela guerra com o intuito de erradicar a pobreza.

² O dólar transformou-se na moeda de referência do mercado mundial, desvalorizando a libra esterlina. A economia norte-americana passou a representar 40% do PIB mundial.

³ Os crâneos do estudo da Física da Europa e dos Estados Unidos da América, que à época, finais dos anos 1930, tinham uma visão futurista, aperceberam-se que o urânio podia ser usado para criar uma bomba extremamente poderosa. Entretanto foi testada a bomba de plutónio, uma explosão atómica denominada por "Trinity " no estado de Alamogordo, região do Novo México, no dia 16 de julho de 1945. A energia libertada foi comparada a um rebentamento de 20 mil toneladas de TNT. Assim convenceram os militares que uma arma destas tão poderosa punha fim às hostilidades no Pacífico. Em 6 de Agosto de 1945, um avião americano testava e largava a primeira bomba atómica de Urânio numa cidade Japonesa, Hiroxima, a fatídica cidade foi arrasada, morrendo mais de 80 mil num segundo engenho, de Plutónio que desta vez foi testado na fatídica cidade de Nagasáqui, em 9 de agosto de 1945, onde morreram 40 mil japoneses.

A União Soviética foi uma das que mais sofreu com a Segunda Guerra Mundial. Perdeu cerca de 26 milhões de vidas humanas e a sua estrutura económica ficou danificada. Contudo, a URSS demonstrou grande capacidade para se reorganizar e produzir armas em grande escala com grande sucesso. A URSS viria, por isso, a emergir na segunda potência militar e económica do mundo, com uma forte influência estratégica sobre os territórios que libertou do nazismo.⁴ Nas conferências de Ialta e Potsdam, realizadas em 1945, os EUA e a URSS concordaram interditar a atividade militar da Alemanha e da Áustria, e dividir os territórios conquistados durante o conflito que influenciaram o delinear do novo mapa político da Europa. Face às rivalidades que iam surgindo, o mundo, ficou dividido em dois blocos defensores de modelos de sociedade completamente diferentes. Os americanos pretendiam implementar no mundo uma democracia parlamentar e um sistema de mercado livre. Por outro lado, a antiga União Soviética queria incutir o socialismo e a economia planificada. Dois anos após a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava dividida em dois modelos políticos e ideológicos. A URSS impunha o seu modelo na Europa de Leste, enquanto os países da Europa Ocidental optavam por se aliar aos americanos. Estavam lançadas as bases da “Guerra Fria”.⁵

Em 1947 a América propõe um plano que iria ajudar a Europa – o Plano Marshall - que tinha como objetivo recuperar a economia da Europa, impedir a expansão do comunismo, e manter a economia americana próspera. Porém, a URSS recusou seguir o Plano Marshall e impôs a sua decisão às democracias populares que estavam sob a sua influência, com receio que os americanos controlassem toda a Europa de Leste. Inconformados com o resultado do Plano, a América traçou uma nova política

⁴ Checoslováquia, Polónia, Hungria, Bulgária, Roménia, uma parte da Alemanha, Albânia e Jugoslávia.

⁵ O pós-guerra é um período de viragem na história da Humanidade e das relações internacionais. Arruinada, devastada, a Europa deixou de ter condições para desempenhar o seu papel que lhe cabia executar. Os vencedores desta contenda são, sem dúvida, os Estados Unidos da América e a antiga União Soviética. Em 1945, a sua hegemonia era visível nas forças militares que tinham espalhadas pelo mundo. Para os habitantes, os americanos e os russos tornaram-se o modelo a seguir. Dois anos após a guerra a tensão entre a América e a União Soviética agudizou-se ao ponto de se tornar insustentável. Em causa estavam interesses opostos quanto ao sistema político, económico e militar a implementar, assim como a definição de áreas de influência. A Aliança deu lugar à desunião e discórdia. De 1947 a 1989, as relações internacionais foram dominadas por antagonismos Este-Oeste que tiveram lugar na Europa e se repercutiram a todos os continentes. Este conflito ficou marcado pela divisão entre dois blocos políticos-ideológicos diferentes, que ficou conhecido pela expressão «Guerra Fria».

externa que ficou conhecida por Doutrina de Truman⁶, que defendia a manutenção da paz, a expansão da prosperidade e do modelo americano. Truman, apesar da sua pouca experiência na área da política, “herdou a tarefa” de acabar com a guerra e de criar uma nova ordem internacional ao mesmo tempo que o acordo em Teerão e Ialta chegava a um fim. “...presidiu ao início da guerra fria e ao desenvolvimento da política de contenção, que viria, afinal, a ganhar. Levou os Estados Unidos à sua primeira aliança militar em tempo de paz.” (Kissinger, 2007, p. 370) A URSS em resposta ao plano dos EUA criou o KOMINFORM, organismo de informação que serviria de ligação entre os partidos comunistas na coordenação da sua política externa e no apoio aos movimentos revolucionários.

Em 1949, a União Soviética e os países da Europa de Leste, constituíram o COMECON, que tinha uma estrutura idêntica à da OCDE. Esta Organização tinha como objetivo coordenar as políticas económicas, cooperar com os países membros nas áreas da ciência e da tecnologia, e especializá-los em determinados produtos. Estavam criadas todas as condições para se estabelecer um clima de tensão permanente entre a União Soviética e os Estados Unidos da América que, posteriormente, se estenderia aos respetivos partidos separados pela “cortina de ferro”⁷. Este período conturbado das relações internacionais ficou caracterizado por “Guerra Fria”.

Este conceito ideológico adaptava-se às características do atrito entre as duas potências. A guerra não era possível porque a dissuasão nuclear impedia as superpotências de transformarem a Guerra Fria numa “Guerra Quente”. O conflito limitava-se a uma guerra indireta verbal, sem uso de armamento e à encenação de factos políticos e não a um confronto direto.

⁶ Os Líderes durante a guerra quebraram os compromissos assumidos; ou seja, Estaline não cumpriu a promessa de realizar eleições livres na Europa de Leste, e Truman por sua vez não prestou o prometido auxílio à reconstrução da União Soviética, após a 2ª Guerra Mundial. Assim renasceram as hostilidades com o discurso proferido por Estaline em 1946, interpretado pelos Norte-Americanos como uma declaração de guerra ideológica ao Ocidente. No ano seguinte os americanos puseram em prática a "Doutrina Truman", que visava enviar auxílio para as forças anticomunistas na Grécia e na Turquia.

⁷ A política ideológica criada assentava no isolamento. Lançada pela União Soviética, depois da 2ª. Guerra Mundial, tinha como objetivo a censura rígida e grandes restrições à deslocação de pessoas. A chamada "Cortina de Ferro" funcionou como uma barreira intransponível à comunicação e à troca livre de ideias entre a URSS e os seus estados-satélites, e o resto do Mundo.

A confrontação e a troca de ameaças foram um dos pontos mais altos no seio da ONU⁸, onde a América e a União Soviética se opuseram constantemente, utilizando sistematicamente o direito de veto no Conselho de Segurança e paralisando por completo o funcionamento da Organização durante décadas. De 1947 a 1989, as relações internacionais foram dominadas por uma lógica bipolar, caracterizada por um antagonismo sem tréguas, mas também sem confrontação direta entre os americanos e soviéticos. (Domingos et.al., 2012, pp. 52). Os EUA tinham como principal objetivo impedir o avanço soviético. Por sua vez, a URSS pretendia acabar com o poder hegemónico da América.

Para qualquer uma destas superpotências era imprescindível organizar um sistema político e militar poderoso e invulnerável, e reunir o maior número possível de aliados na sua esfera de influência. Este tipo de estratégia resultou numa rápida e desenfreada corrida aos armamentos e na constituição de alianças militares e políticas. Em 1949, perante o poderio militar convencional (sobretudo das divisões blindadas) e nuclear da URSS, os americanos, juntamente com os países da Europa Ocidental, criaram a NATO com o objetivo de “garantir a liberdade e a segurança dos seus membros por meios políticos e militares.”⁹ O seu papel durante o processo de desfecho não só da Segunda Guerra Mundial como a da Guerra Fria proporcionou aos países da Europa Ocidental a oportunidade de recuperar a sua estabilidade, travar a difusão do pensamento ideológico da União Soviética e um maior diálogo para os membros cooperarem no reforço da segurança euro-atlântica. Mesmo sujeita a várias mudanças na sua complementaridade, ao ter assinado o Tratado de Washington¹⁰, a Organização do Tratado Atlântico Norte constitui um sistema de defesa coletiva, isto é, os seus estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque interno e externo á organização – terrorismo, distribuição de armas nucleares, biológicas e químicas, direitos humanos, partilhando os seus recursos, planos e treino militar.

⁸ A Organização das Nações Unidas, organização intergovernamental de cooperação internacional, também foi criada em outubro de 1945, logo a seguir ao fim da guerra, com o objetivo de impedir outro conflito como aquele.

⁹ Consultado em https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html.

¹⁰ Com base nos princípios da Carta das Nações Unidas, o tratado tem como intuito de promover a liberdade, segurança, cooperação, paz entre os estados-membros. Assim, conseguiu romper com vários conflitos entre os membros-europeus, América e Canadá criando um elo de segurança transatlântica.

I.2 História e Evolução da Aliança

Atualmente, a NATO assenta numa estrutura organizacional complexa dividida em duas vertentes, civil e militar “para coordenar as atividades da NATO em campos de especialidade”. A estrutura civil é composta por “quatro órgãos principais: o Conselho do Atlântico Norte, o Grupo de Planeamento Nuclear, as delegações nacionais e o Secretariado Internacional.” Na tomada de decisões, utiliza-se o “sistema de unanimidade ou de consenso”, isto é, se um dos representantes discordar das medidas impostas, opõe-se e não se dá continuidade ao processo ou abstém-se dando ao mesmo tempo o aval para avançar com as medidas. As reuniões decorrem duas vezes por ano e cada estado-membro é representado pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros. (Barros, 2019, pp. 14-17)

Relativamente à estrutura militar, é organizado pelo Comité Militar, Estado-Maior Militar Internacional e por dois comandos estratégicos: “Comando Operacional Aliado e o Comando Aliado da Transformação.”. Sendo o Comité Militar o decisor, tem como função redigir recomendações de matéria estratégica e militar, e é também, responsável por implementar as políticas de defesa provenientes de órgãos deliberativos a serem realizadas pelos Comandos Estratégicos, nomeadamente, o Comando Operacional Aliado que tem como objetivo aconselhar o Estado-Maior Internacional e a direção dos quartéis-gerais, controlar diretamente e supervisiona as missões militares da Organização, e o Comando Aliado de Transformação a aperfeiçoar as capacidades estratégicas, operacionais e táticas, realizando simulações de potenciais ameaças militares da NATO. Nesta estrutura institucional, também está inserido um campo com “várias agências que coordenam as atividades da Organização em vários campos de especialidade, como por exemplo, no campo da investigação científica.” (Barros, 2019, 14-17)

Após a cessão do conflito entre a América e URSS muitos acreditavam que já não havia razões para a organização continuar operacional. No entanto, outros acontecimentos vieram provar o contrário. Em 1992, a Organização deu “apoio militar à verificação e implementação das resoluções e sanções da ONU.” (NATO, 2004, p. 7)¹¹

¹¹ Consultado em https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_nato-transpor.pdf.

A Organização enviou cerca de 100 mil militares e conseguiu desmobilizar as forças dos inimigos com uma equipa de implementação multinacional intitulada como IFOR¹², e com a equipa SFOR¹³ para ajudar os civis e refugiados a retornarem a suas casas e deter os delinquentes para se estabelecer a paz. O conflito ficou cessado após assinarem o Acordo de Dayton.¹⁴ Nos finais do ano 2000 também se sucedeu uma hostilidade beligerante no Sul da Sérvia. Um grupo de albaneses estavam sob o controlo dos sérvios, e os seus compatriotas decidiram atacar na Zona Terrestre de Segurança¹⁵. Em 2001, em parceria com o governador da Jugoslávia, a NATO concordou desmobilizar a zona terrestre para que os jugoslavos dominassem aquela área ao mesmo tempo que o governador tentasse chegar a um acordo de forma a estabilizar o país. Consequentemente, ambas as partes chegaram a um assentimento e a Organização Internacional enviou “cerca de 3.500 homens para uma missão de trinta dias, cujo objetivo era desarmar os étnicos albaneses de forma voluntária.” (NATO, 2004, p. 33)¹⁶

Devido às constantes ameaças, alterações e evoluções que vão surgindo no âmbito da segurança internacional, a NATO “tem vindo a adaptar-se a essas mudanças, enfrentado os vários desafios da segurança coletiva no novo milénio” (Barros, 2019, p.20), o que resulta numa constante adaptação do Conceito Estratégico da Aliança. Visto que este documento não carece de uma forma vinculativa, dá a oportunidade para debater quais os desafios que os aliados têm que enfrentar e quais as melhores soluções e, para além disso, estas mutações que o conceito vai tendo, dá uma perceção cronológica da sua evolução. Aquando a criação do conceito, pressuponha a cooperação militar e económica entre os estados-membros, com o objetivo de manter a paz e desmantelar possíveis ataques. Todavia, esta medida não era o suficiente face às ameaças. A primeira alteração do conceito sucedeu-se em 1950 com a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte, com o envolvimento da América, e a adesão da

¹² *Implementation Force*, traduzido para português. Força Militar Multinacional de Imposição da Paz. Missão a mando da NATO que cujo o seu objetivo era estabelecer a paz.

¹³ *Stabilisation Force*, traduzido para português, Força Militar Multinacional de Manutenção da Paz. Operação dirigida pela NATO que tinha como missão manter a paz.

¹⁴ Acordo assinado a dezembro de 1995. O seu objetivo tinha como acabar com os conflitos étnicos e manter o país dividido.

¹⁵ Fronteira com 5 quilómetros paralelamente à fronteira interna de Kosovo com a Sérvia, vigiada por uma unidade do Kosovo coordenada pela NATO.

¹⁶ Consultado em https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_nato-transpor.pdf.

Grécia e da Turquia na NATO, anexou-se uma medida denominada por *Strategic Guidance* para “assegurar a defesa da área da Aliança e destruir a capacidade militar da URSS, sendo que tais objetivos seriam atingidos através da condução de uma ofensiva aérea, ao mesmo tempo que eram iniciadas operações militares por ar, mar e terra, usando todos os tipos de armamento”. (Barros, 2019, p. 21) Como, durante o mandato de Eisenhower, os americanos tentaram aumentar a sua capacidade de armamento nuclear. Em virtude de as armas nucleares terem mudado o conceito de guerra moderna, os estados-membros da NATO constataram que o pensamento estratégico da Aliança deveria albergar uma medida que contemplasse o armamento nuclear visto que os soviéticos insinuaram que tinham armamento nuclear suficiente para derrotar a Aliança e, em particular, as capacidades de retaliação nuclear dos Aliados a nível mundial, juntamente com ataques a centros populacionais, incidentes em zonas periféricas fora da área da NATO, por exemplo, África, América Latina e Médio Oriente, ou no alto mar, ou em Estados como a Suécia, Finlândia, Áustria ou Jugoslávia, quer em terra quer no mar, sobre os quais nenhum dos lados poderia exercer um controlo imediato e total. Assim sendo, em 1968, foi adotado o 3º Conceito Estratégico da NATO, que consentia o uso de armas nucleares maciças contra a ameaça nuclear total, outros alvos militares, e alvos urbano-industriais, conforme necessário, para manter uma postura estratégica de dissuasão nuclear, com uma capacidade de ataque de retaliação segura, e prontidão geral para a guerra (NATO, 1968, pp. 10-16).¹⁷ Porém, o possível ataque da URSS aos aliados da NATO através da investigação, desenvolvimento e produção de armas nucleares, para adquirir uma clara vantagem militar, faz com que continuassem a manter e aumentar a capacidade das forças do Pacto de Varsóvia para uma vasta gama de operações militares, visto que o pacto tem a capacidade de destruir, na medida do possível, o potencial militar da NATO e, em particular, as capacidades de retaliação nuclear dos Aliados a nível mundial, juntamente com ataques a centros industriais e populacionais nas zonas do norte, sul e central, como também nas zonas marítimas. Pressões e ameaças político-militares contra um ou mais membros da Aliança envolvendo ultimatos, manifestações militares, destacamento de forças, mobilização e outros incidentes relacionados, e a subsequente construção do muro de Berlim, (NATO, 1968, p. 10)¹⁸ levaram a que a Aliança reavaliasse o 3º Conceito. Posto isto, foi

¹⁷ Consultado em <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a680116a.pdf>.

¹⁸ Consultado em <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a680116a.pdf>.

aprovado o 4º Conceito estratégico. Estipulou-se que a NATO, dependendo do tipo de agressão, poderia responder de três formas diferentes:

- Defesa Direta – responder ao mesmo nível de agressão que o inimigo, com o objetivo de o impedir de prover-se do que quer. Se for bem-sucedida, derrota a agressão ou coloca sobre o agressor o fardo da escalada. É permitido utilizar armas nucleares.
- Escalada Deliberada – procura defender o controlo, alcance e intensidade do combate, desproporcionando os objetivos do inimigo de forma a que perca a vontade de continuar com o conflito. Dependendo da intensidade do ataque, “é permitido a utilização de armas nucleares como forma de dissuasão.” (Barros, 2019, 32)
- Nuclear Geral – resposta com ataques maciços nucleares ao agressor. (NATO, 1968, 15)

Desde a criação do primeiro Conceito Estratégico da Aliança, concluiu-se que, é mais que evidente que estes conceitos foram fundados com base nas ameaças soviéticas. Todavia, com a queda do muro de Berlim a novembro de 1991, o fim do pacto de Varsóvia e a revolução democrática na Europa do Leste, obrigou os estados-membros a repensar no Conceito Estratégico visto que todas as ameaças que tinham ocorrido, até então, foram fora da Europa. Com isto, durante a Cimeira de Washington, logo após a queda do muro de Berlim, “foi aprovado o quinto Conceito Estratégico da Aliança, designado por “*The Alliance's New Strategic Concept*”. Este Conceito tem como base a defesa coletiva, em que não é identificado um inimigo concreto, abre a Aliança a todo o antigo espaço soviético através de parcerias, diálogo e cooperação, diminuindo, desta forma, o papel das forças nucleares” (Barros, 2019, p. 33), o alargamento da NATO para leste, a alteração da configuração política europeia e o alargamento das responsabilidades em termos de segurança e defesa por parte da EU.”, e garantir “a segurança, a dissuasão e defesa, e o equilíbrio estratégico da Europa.” (Valente, 2014, p.29) “Este novo Conceito ainda identificou novos riscos para a segurança dos Aliados que emergiram depois do fim da Guerra Fria, como o terrorismo, os conflitos étnicos, as violações dos direitos humanos, a fragilidade económica e a proliferação das armas de destruição maciça.” (Barros, 2019, p. 33), como, por exemplo, o 11 de setembro de 2001, em que a América sofreu um atentado terrorista que acabou por ser um marco histórico. A célula terrorista da Al-Qaeda, cujo líder era Osama Bin Laden, atacou

aereamente as Torres Gémeas e o Pentágono em resposta. A NATO ativou o artigo nº5 do Tratado de Washington e enviou milhares de militares para combater o grupo terrorista liderado por Al-Qaeda. Nesse mesmo ano, a Organização ajudou na zona do Mediterrâneo a montar uma vigilância marítima para “detectar, dissuadir e proteger das actividades terroristas. (...) Os navios da NATO foram destacados para o Mediterrâneo Oriental e começaram a patrulhar a região logo a 6 de outubro de 2001. Dado o seu sucesso, foi expandida ao Estreito de Gibraltar no início de 2003 e, subseqüentemente, um ano mais tarde, em março de 2004, a todo o Mediterrâneo.” (NATO, 2004, p. 19)¹⁹ Na área entre o Golfo de Áden e o largo do Corno, em África, também se sucedeu ao combate à pirataria com o apoio militar da NATO que colocavam em causa o apoio humanitário e os interesses económicos. Esta zona contou com três operações: “*Allied Provider*”²⁰ (2008), Operação “*Allied Protector*”²¹ (2009) e Operação “*Ocean Shield*”²²(2016). (NATO, 2004, p. 19)

Este ataque terrorista marcou uma nova ordem nas relações internacionais como também um momento fundamental para a Aliança provar a sua credibilidade e a relevância no mundo. (Barros, 2019, p. 39) O artigo nº 5 do Tratado de Washington estipula que se um membro da Organização do Tratado Atlântico Norte estiver sob ataque automaticamente é considerado um ataque a todos os outros membros. Assim sendo, cada um em sua legítima defesa coletiva, concorda em prestar auxílio para acabar com o conflito e retomar à normalidade e assegurar a segurança no Atlântico Norte. Apesar dos americanos terem ficado aliviados com a ajuda da Aliança, criando um sentimento de união e cooperação, não queriam que a preparação de tais contribuições atrasasse ou compromettesse o seu objetivo final de capturar os líderes do grupo Al-Qaeda e acabar com o regime talibã no Afeganistão.” por isso orquestraram uma missão sem a ajuda da NATO (Barros, 2019, p. 39). Ainda assim, para que o 5º artigo do Tratado Atlântico Norte não perdesse a sua validade, a Aliança enviou uma equipa da força aérea para ajudar no controlo do espaço aéreo e implementou um

¹⁹ Consultado em https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_nato-transpor.pdf.

²⁰Operação que consistia no controlo marítimo perto da Somália, para impedir atos de pirataria e ataques a navios de comércio.

²¹ Operação no combate à pirataria e assaltos nas rotas marítimas do Corno de África.

²² Operação que cujo o objetivo era patrulhar as vias marítimas de Áden para controlar os ataques de pirataria marítima e escoltar as embarcações para garantir a segurança das mercadorias e dos navegantes.

conjunto de medidas para ajudar os americanos a combater o terrorismo – partilha e reforço de informações sobre ameaças terroristas; suporte aos aliados que estejam mais sujeitos a ameaças terroristas; reforçar a segurança às instalações americanas e outros estados-membros na área transatlântica; robustecer os recursos de apoio de operações antiterrorismo; disponibilizar aeronaves, portos e aeródromos, equipas militares (marinha e força aérea) para missões antiterrorismo. A forma como a Aliança teve reagiu e atuou nesta missão, demonstrou que não teve um papel crucial para a resolução do conflito, mesmo com a invocação do 5º artigo teve “...uma resposta mais simbólica do que efetiva.” (Barros, 2019, p. 42) Contudo, até aos dias de hoje, foi a única missão realizada ao abrigo do 5º artigo do Tratado Atlântico Norte.

Dois anos depois, a NATO comprometeu-se a ajudar os americanos, em Cabul, Afeganistão, a Autoridade Transitória Afegã assumindo “a responsabilidade pela Força Internacional de Ajuda à Segurança (ISAF) IV [para] criar um ambiente seguro para os cidadãos” e derrubar Al-Qaeda (NATO, 2004, p. 35)²³ e para que o país retomasse à sua normalidade depois de estar longos anos em guerra. Entretanto, a Organização prolongou a sua estadia por vários meses até que os serviços deixassem de ser necessários.

Para além das Forças Armadas ajudarem na resolução de conflitos hostis, também têm um papel direto na colaboração às ajudas humanitárias para manter a segurança, paz e coerência na Europa, e participa em diversos projetos como, por exemplo, em 1999 desenvolveu um Centro Euro-Atlântico de Coordenação de Assistência a Países Vítimas de Catástrofes para ajudar pessoas afetadas por catástrofes naturais ou humanas. Na altura em que ocorreu o furacão Katrina, nos Estados Unidos, e o terramoto no Paquistão a NATO prestou auxílio a dezenas de pessoas. Em 2004, no Iraque, ajudou a dar formação militar às Forças Armadas iraquianas, a obter equipamento, desenvolver as instituições de segurança de forma a que o país garante a sua segurança e estabilidade sem ajuda da NATO. Da mesma forma se passou em África, no Sudão, vítima de várias guerras civis provocando milhares de mortes, migrações, fome e pobreza. Para travar esta “crise humanitária” (NATO, 2004, p. 20) a NATO deu apoio humanitário, nomeadamente no desenvolvimento da capacidade de

²³ Consultado em https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_nato-transpor.pdf.

manutenção da paz, à AMIS²⁴ durante três anos. Ao mesmo tempo deu apoio aéreo na missão AMISOM²⁵, na Somália que também tinha grandes problemas políticos e humanitários.

Na sequência destes eventos, a NATO deparou que as novas ameaças iriam ser cada vez mais assimétricas e violentas, e com uma tendência para se alastrarem para fora da zona euro-atlântica e viu-se obrigada a evoluir as suas capacidades técnicas militares, de resposta e de eficácia, pedir apoio a organizações não governamentais como as Nações Unidas e a União Europeia, e criar aliados externos à Aliança. Assim sendo em 2010, em consonância com os membros, fez alterações no Conceito Estratégico da Aliança. De acordo com Valente, “Este conceito estratégico continua a salvaguardar a liberdade e segurança de todos os membros, tendo como principais tarefas a defesa coletiva, a gestão de crises e a segurança cooperativa (Espírito Santo, 2011)” e identifica as principais ameaças, sendo elas: o terrorismo, a proliferação de armas nucleares e de outras armas de destruição massiva.” (Valente, 2014, p. 45)

Para debelar tais ameaças, considera-se essencial realizar, práticas de exercícios, planos de contingência, trocas de informação entre aliados para garantir a segurança de todos e minimizar os ataques nucleares, químicos e tecnológicos. Continuar a ter forças militares em zonas de grandes conflitos, desenvolver planos civil-militares em todas as áreas especializadas, disponibilizar todos os recursos “financeiros, militares e humanos suficientes para a realização das missões de segurança dos membros e assegurar a máxima coerência no planeamento de defesa para desenvolvimento de requisitos modernos.” (Valente, 2014, pp. 47-48). Para tal a Aliança precisava de forças de reação composta pelas três áreas das Forças Armadas (marítima, terrestre e aérea), mais técnica, dinâmica, flexível e avançada; aperfeiçoar a estrutura do comando militar e nos transportes aéreos, e estreitar relações com o Médio Oriente para ter apoio nas respostas às ameaças fora da área euro-atlântica, como o caso de Portugal. É de notar que ao longo da evolução dos conflitos e do armamento, a Organização sujeitou-se a várias

²⁴ Missão de estabelecimento à paz em Darfur onde ocorriam muitas guerras civis. Esta operação era executada pela ONU, mas rapidamente se tornou híbrida ao pedir apoio à NATO para a resolução do conflito. Foi a primeira missão de apoio à paz da NATO em África. Teve início em 2004 e terminou a dezembro de 2007.

²⁵ Tal como a operação AMIS, esta operação decorreu na Somália com o intuito de impor a paz e ajuda a atenuar a pobreza e a fome, e estruturar um plano governamental nacional. Esta missão teve início em 2007 e terminou em fevereiro de 2020.

reformas para desenvolver as suas políticas de defesa e segurança o que implica que as Forças Armadas estão sempre em constante formação de várias especialidades e técnicas de acção em campo.

CAPÍTULO II: INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

II.1 História do Instituto da Defesa Nacional

Em 1949, foi criada a NATO com o objetivo “garantir a liberdade e a segurança dos seus membros por meios políticos e militares”, assim sendo, Portugal tornou-se um dos membros fundadores da Organização e decidiu assumir “o compromisso de estruturar uma orgânica político-administrativa de defesa, com um Ministério próprio, liderado por um Ministro responsável. [. Assim sendo] Procedeu-se então à transformação do Ministério da Guerra em Ministério do Exército e à criação de um Ministro da Defesa.” (Ministério da Defesa Nacional s.d.)²⁶ Com o surgimento de novos desafios relativos à segurança pública e defesa nacional devido à adesão à NATO, de acordo com o decreto de lei 37.909 da lei orgânica do Conselho de Ministros, estipulado no dia 1 de agosto de 1950, o Ministro passou a fazer parte integrante do Conselho. “O Ministro da Defesa Nacional [tem] como funções, a coordenação dos problemas da defesa nacional e as altas questões relativas à Defesa Nacional, assim como a orientação e a coordenação dos três ramos das Forças Armadas. Deveria ainda dirigir a preparação da defesa civil e orientar os problemas relativos à mobilização civil.” (Ministério da Defesa Nacional s.d.)²⁷ Dito isto, o Ministério da Defesa Nacional:

“(...) assegura a respetiva resposta nacional da componente militar, (...) coordena e orienta as ações relativas à satisfação de compromissos militares decorrentes de instrumentos de Direito Internacional (...) promove e dinamiza o estudo, a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a divulgação das matérias com interesse para a defesa nacional e, ao nível da economia de defesa do País, concebe, desenvolve, coordena e executa a política relativa à promoção da base tecnológica e industrial de defesa, e participa na definição da política de defesa nacional (...) elabora e executa a política relativa à componente militar da defesa nacional e coordena, monitoriza e apoia a execução da componente não-militar da política de

²⁶ Consultado em <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/historia/>.

²⁷ Consultado em <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/historia/>.

defesa das outras áreas governativa, cujas ações a implementar se encontram identificadas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) ”. (Ministério da Defesa Nacional s.d.)²⁸

Para manter o seu papel internacional e a sua soberania e democracia estáveis, a sua independência com capacidade de mobilizar os cidadãos portugueses e de dar resposta a obstáculos que poderão surgir para manter o seu interesse nacional e internacional, independência e a sua democracia e os direitos, Portugal terá que seguir as linhas de ação do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, que são:

- Defender a sua posição internacional – contribuir para a consolidação, estabilização e complementação da União Económica Monetária, políticas comuns da União Europeia, comunidade CPLP, NATO e a aliança bilateral que tem com a América. Bem como apostar na defesa e segurança da zona do Magrebe, participar em Missões Internacionais, na diplomacia portuguesa e no desenvolvimento de novas estratégias.
- Consolidar as suas relações externas de defesa – fortalecer, promover e participar nas missões militares internacionais de paz, no relacionamento com a NATO e com as alianças bilaterais e multilaterais, no desenvolvimento da PCSD e contribuir para a continuação da estabilidade do Magrebe.
- Valorizar as suas informações estratégicas – intensificar as informações para ajudar na identificação de riscos e ameaças e na divulgação do país no mundo.
- Adequar as suas políticas de segurança e defesa nacional ao ambiente estratégico
- Certificar que se cumpre as missões militares para que a soberania para que o Estado mantenha a sua soberania e independência e ter uma capacidade persuasora e ter planos estratégicos no âmbito da energia, alimentação, comunicação, transportes e saúde de forma a garantir a paz e de se organizar em caso de conflitos.
- Responder a ameaças e riscos – desenvolver e aprimorar as capacidades militares para darem uma resposta mais eficiente às ameaças e riscos, reforçar o controlo e a não proliferação dos armamentos e tecnologias, preservar e controlar medicamentos que possam ajudar a saúde pública em caso de haver

²⁸ Consultado em <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/historia/>.

uma catástrofe, e maximizar a cooperação entre as Forças Armadas e os serviços de segurança para combaterem as ameaças transnacionais e mitigar as consequências de ataques terroristas e cibernéticos.

- Afirmar Portugal como coprodutor de segurança internacional e valorizar as missões das Forças Armadas Portuguesas que são do interesse público – participar em Missões Internacionais de apoio à paz, segurança e defesa, e dar o apoio a entidades como a Proteção Civil em caso de catástrofes, às necessidades básicas dos cidadãos, e à inspeção na Zona Económica Exclusiva.
- Apelar às populações a renovação demográfica para diminuir e conseguir gerir o envelhecimento da população, integrar os imigrantes numa cultura de cidadania coesa, sem ser alvo de xenofobia ou radicalização.
- Incluir os cidadãos nos assuntos da defesa e segurança – consciencializar a sociedade que não cabe só ao Estado assumir a responsabilidade da segurança e defesa nacional, para tal, as Forças Armadas têm que aprimorar a sua comunicação de forma clara para que toda a sociedade os possa compreender e divulgar a propósito e a função das várias entidades das Forças Armadas e de outros elementos ou instrumentos aplicados na estratégia de segurança e defesa nacional.

É neste contexto que o Instituto da Defesa Nacional opera, principalmente através da criação de programas de formação, seminários, publicações onde se partilha ideias e pareceres, riscos e oportunidades, de forma a incutir na sociedade que o seu envolvimento na cultura de defesa e segurança, nos valores nacionais contribui para que o futuro do seu país continue a ser livre, independente e soberano. (Conselho de Ministros, 2013, p.1982)²⁹

O Instituto da Defesa Nacional foi criado em junho de 1972 sob o Decreto de Lei 550 – D / 76 integrado ao Ministério da Defesa Nacional desde dezembro de 1982. Porém o desenrolar deste Instituto começou em 1967, denominado na altura por Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional situado em Alcântara na Avenida Infante Santo no distrito de Lisboa sob a direção do General Luís Maria Câmara Pina, nascido em Lisboa e criado pelo seu avô em Coimbra onde deu início à sua carreira académica.

²⁹ Consultado em <https://dre.pt/application/file/a/259983>.

Contudo, Câmara Pina decidiu enveredar a vida militar tal como o seu pai, General Adolfo César Pina, Comandante da Escola Militar.

O IAEDN iniciou a sua instalação em outubro de 1967 na Avenida Infante Santo, em Lisboa, com uma Direção Executiva. Esta direção era assessorada por um Conselho Consultivo de seis membros. Este Conselho, que com os elementos da Direção Executiva, perfazia dez membros no total, reunia-se em regra uma vez por semana, competindo-lhe apreciar e dar parecer sobre aspetos culturais e financeiros do Instituto e obter financiamentos, em especial os necessários à edificação de novas instalações que se queriam apenas suficientes, funcionais e dignas no âmbito das relações internacionais, “ordem geopolítica, geoestratégica, política e estratégica.” O Ministro da Defesa deu sempre um apreciável apoio à instalação e organização do IAEDN e à realização dos seus cursos e outras atividades, apoio que seria facilitado pelo facto de o Secretário Permanente ser, em acumulação, professor dos Cursos de Estado-Maior naquele estabelecimento de ensino. A criação do IAEDN fora estudada em 1967 entre o General e Chefes do Estado-Maior das unidades das Forças Armadas.

É em 1969, depois de divulgar nacional e internacionalmente a criação deste Instituto, que começaram as atividades de formação – realização de conferências que se debruçavam em aspetos da Defesa Nacional. No ano seguinte decretou-se a 1.^a Diretiva com a missão global do Instituto que especificava, de um modo geral, “estudar e difundir, entre os militares dos três ramos das Forças Armadas, os grandes problemas da Defesa e interessar altas entidades civis nos mesmos problemas”. (Alves, 2014, pp. 12-14) Em meados de julho deu-se início ao curso, que marcou a história do Instituto da Defesa Nacional composto por “brigadeiros, coronéis tirocinados, capitães de mar e guerra e 17 entidades civis de categoria correspondente, num total de 34 auditores” com o objetivo de “preparar militares e entidades civis de nível elevado para o exercício do comando, chefia e direção, com vista ao exercício da Defesa [principalmente no que tocava à NATO]” (Alves, 2014, p. 13).

Dado a este curso e ao surgimento de outros, houve efeitos positivos na contratação de vários conferencistas e visitas de estudo, como também no reforço das relações com “a República da África do Sul e com a Rodésia, no sentido de aumentarem o seu apoio à nossa luta, o que os dois governos vieram a fazer, em especial em Moçambique, com o emprego de aviões, helicópteros e tropas especiais.” (Alves, 2014, p. 13).

Após o Instituto ter tido sucesso com o arranque dos novos cursos, em 1973, segundo o testemunho do Major-General Mário Lemos Pires nomeado para secretário permanente, o General Pina decidiu passar as instalações que estavam sediadas na avenida D. Infante Santo, para a Calçada das Necessidades. Recorda-se que o general foi a alma e coração daquele do Instituto. Na verdade:

“é ele que tem as ideias e que tem os conhecimentos, é ele que arranja as contas e mobiliza as pessoas. (...) Não houve nada, não houve recanto da casa que ele não tivesse visto e sobre o qual não tivesse opinado. (...) O Sr. General Câmara Pina teve em conta pormenores deste tipo. Andou à procura, em diversos sítios, de mobiliário para o resto do equipamento, para os gabinetes, um por um, não só o dele. De maneira que se viveu aqui um período que não foi um período de frustração. Pelo contrário, porque se estava a construir e a equipar.” (Pires, 2014, p. 20)

O edifício, tal e qual como se apresenta agora, era composto por três pisos, três auditórios, uma cantina-bar, biblioteca e gabinetes com vista para a Ponte 25 de abril. Porém, algumas áreas ainda tinham de ser limadas nomeadamente na contratação de pessoal. Veja-se que:

“O grande problema que surgiu foi exatamente o pessoal, porque esta casa passou a ter uma administração exigente, principalmente na questão administrativa. Isso durou e foi-se prolongando até ao 25 de Abril, porque depois cessou praticamente a atividade do Instituto. Foi-se conseguindo fazer um miniquadro-orgânico de pessoas que vieram trabalhar para o Instituto, apesar de não aprovado.” (Pires, 2014, p. 20).

Depois do 25 de abril, as funções começaram a ser exercidas de forma gradual – realização dos cursos de Defesa Nacional, “Cursos Interforças para oficiais superiores [em que conseguiam] juntar aqui os oficiais dos três ramos” (Pires, 2014, p. 21), um estudo sobre a população demográfica em Portugal, e visitas de estudos aos organismos nacionais e internacionais que estavam inerentes aos cursos. Ao mesmo, delineava-se um quadro diretivo, sendo que o General Câmara Pina era o diretor, o Embaixador Martins Carvalho o subdiretor, três representantes de cada organismo das Forças

Armadas e um Conselho Consultivo. (Pires, 2014, p. 23) Entretanto o General Pina decidiu abdicar das suas funções.

Em 1976, depois do 25 de novembro, e a aprovação da Constituição, o IAEDN passou a estar sob a direção do General Lopes dos Santos. Juntamente com o Conselho da Revolução presidido pelo General Ramalho Eanes, decidiram acabar com o Instituto dos Altos Estudos da Defesa Nacional, e dar um novo nome: Instituto da Defesa Nacional. O Conselho achou que era uma boa altura para “recomeçar as atividades de um instituto em condições de estudar os problemas fundamentais ligados à defesa nacional e que, paralelamente, garantisse a preparação dos oficiais dos escalões superiores das Forças Armadas nos assuntos comuns aos três Ramos” e ser “vantajoso aproveitar esse órgão para a análise e debate de matérias do domínio sociopolítico e da posição das Forças Armadas no contexto da Nação”. (Vieira, 2014, p. 25) Para além desta mudança, a direção ficou constituída por um diretor, subdiretor, assessores civis e militares. O Almirante Leonel Cardoso que, por sua vez, veio ocupar o lugar do General Lopes dos Santos, traçou novos objetivos. Aponta que:

“reunir militares e civis responsáveis pelos problemas de defesa, ou a eles de qualquer forma ligados, [promove] a necessária aproximação entre os dois setores da vida nacional e um melhor conhecimento e compreensão dos problemas mútuos e dos seus condicionamentos”, e “(...) que – da reflexão conjunta sobre assuntos que hoje cobrem áreas político-militar, socioeconómica e ideológica-psicológica que, normalmente, se encontram fora das respetivas esferas de ação profissional – resulte, tanto para os auditores, como para os assessores, um alargamento do seu horizonte intelectual, uma melhoria da sua capacidade de diálogo e o sentimento de que se encontram melhor apetrechados para tomar decisões que lhes venham a competir.” (Vieira, 2014, p. 26)

Para tal, o Instituto passou a inserir outras atividades para além do Curso de Defesa Nacional, nomeadamente:

- Realização de ciclos de conferências, seminários e colóquios sobre os problemas da Defesa Nacional ou com eles relacionados;
- Realização de sessões exteriores, em Universidades e Centros Militares, de divulgação e debate;

- Publicação trimestral da revista *Nação e Defesa* 16, a partir de 1978, por decisão do Conselho dos Chefes de Estado-Maior¹⁷, que lhe atribuiu o objetivo de “difundir até ao mais alto nível, civil e militar, a política de defesa nacional e os grandes problemas com ela relacionados, nomeadamente no campo político, económico, científico e militar”. (Vieira, 2014, p. 29)

Tendo o IDN criado estas atividades, a direção sentiu-se na obrigação e na necessidade “de definir os conceitos fundamentais de segurança e defesa nacionais”. (Vieira 2014, 28) Uma vez estabelecidos passaram a constituir doutrina do IDN, objeto de análise, discussão e mesmo modificação, para os futuros Cursos de Defesa Nacional e ponto de partida para um alargado debate nacional. (Vieira, 2014, p. 28)

Atualmente, o IDN é regido por membros multidisciplinares, constituída por uma direção representado pela Professora Doutora Helena Carreiras, Diretora Geral do IDN, que tem como missão de orientar as funções de cada elemento e agir ou tomar decisões que sejam mais benéficas para o Instituto; um Conselho Executivo composto pelos assessores e coordenadores que de acordo com “O artigo 15.º do diploma orgânico do MDN, conjugado com o artigo 2º do Decreto Regulamentar nº 7/2015, de 31 de julho (...), compete ao Conselho Científico pronunciar-se, essencialmente, sobre projetos de investigação científica, estudos e linhas gerais de orientação estratégica do IDN, que lhe sejam submetidos pelo diretor.” (Instituto da Defesa Nacional, 2020, p. 11)³⁰. Uma Delegação Representativa no Porto coordenada pelo Tenente Coronel Rodrigues, uma Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos, sendo que, na área do planeamento conta-se com quatro pessoas: o Chefe Guerreiro, a D. Paula e Ana e o Sr. Mesquita, já na gestão de recursos humanos, são vários os funcionários que trabalham em determinadas áreas inerentes à área. Por último, existe o Centro de Estudos e Investigação formado pela Doutora Isabel Nunes, o Professor Doutor António Paulo Duarte, Coronel Jorge Costa Campos e Doutor Luís Cunha, que “Nas áreas relativas à investigação é adotado o modelo matricial, com a criação de uma equipa multidisciplinar. Esta equipa multidisciplinar mantém a designação de Centro de Estudos e Investigação (CEI) e tem como atribuições desenvolver os estudos e os projetos de investigação aprovados pelo diretor-geral.” (Instituto da Defesa Nacional,

³⁰ Consultado em

https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/plano_atividades2020.pdf.

2020, p. 12)³¹ As suas áreas de investigação assentam nos princípios, ameaças e riscos do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, que são:

- Política e Segurança Internacional - consequências derivadas da circulação de armamento, problemas nucleares e no ciberespaço, segurança e direitos humanos, “intervenção humanitária); relações transatlânticas (reforço das relações com a NATO, América, “desafios e ameaças regionais [e] a gestão das mesmas”; (Instituto da Defesa Nacional. s.d.)³²
- Política de Segurança e Defesa Europeia – investiga e analisa conceitos estratégicos e políticos, missões internacionais, terrorismo, relações bilaterais e multilaterais e as suas capacidades na segurança e defesa nacional.
- Segurança e Desenvolvimento em África – investigação na área da diplomacia, gestão de crises, segurança e reintegração na região africana. Apoio nas parcerias bilaterais e multilaterais para a defesa e segurança e na reabilitação de várias instituições pós conflito.
- Estratégia Nacional de Segurança e Defesa – analisa, estuda e investiga as ameaças e riscos que colocam em causa a segurança e defesa nacional, criar respostas para os mesmos e manter os objetivos e missões nacionais e internacionais.
- Cultura de Segurança e Cidadania – criar projetos e referenciais como também facultar apoio didático a escolas para a educação e sensibilização da segurança e defesa nacional.
- O Mar e o Interesse Nacional – visa acompanhar os objetivos relativos ao mar nomeadamente política marítima, plataforma continental e na “exploração sustentável dos recursos dos mares e oceanos. Monitoriza a evolução da agenda nacional e internacional dos oceanos, o seu impacto sobre a gestão dos recursos marinhos e as suas consequências para a economia do mar e indústrias marítimas” (Instituto da Defesa Nacional. s.d.)³³

³¹Consultado em https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/plano_atividades2020.pdf.

³² Consultado em <https://www.idn.gov.pt/pt/investigacao/projetos/linhasinv>.

³³ Consultado em <https://www.idn.gov.pt/pt/investigacao/projetos/linhasinv>.

- Brasil e Atlântico Sul – manter a cooperação com o Brasil e promover “o entendimento dos interesses nacionais no domínio das relações com o Brasil e com os países do Atlântico Sul em matéria de política externa, de segurança e de defesa no que respeita a iniciativas de cooperação e integração regional.” (Instituto da Defesa Nacional. s.d.)³⁴

O Instituto da Defesa Nacional assume um papel de *think thank*, em que as pessoas especializadas, académicas, cientistas e militares, através do conhecimento científico, promovem um pensamento estratégico e uma sensibilização a nível da Segurança e Defesa Nacional através da investigação, formação, debate e divulgação que tem como missão promover a discussão e reflexão do pensamento estratégico com vista a obter um resultado superior com os organismos e instituições públicas e privadas, garantir, promover e reforçar a divulgação das questões da segurança e defesa e relações internacionais e as relações militares, administração pública e organizações nacionais e internacionais e prosseguir com o pensamento estratégico e cooperação desses mesmos organismos. E mais que tudo ajudar a sensibilizar os cidadãos para as questões de segurança e defesa, valorizar o propósito das Forças Armadas com o objetivo de consciencializar e informar os valores e os princípios fundamentais e a sua importância para a sociedade, os riscos e desafios da cibersegurança, questões transatlânticas, e “estudos sobre o norte de África e Médio Oriente (...)”. (Fernandes, 2019, p.37)

o Instituto aposta também, uma vez que passou a ser o responsável pela publicação da revista *Nação e Defesa*, que até então era organizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Estado-Maior do Exército, com objetivo de “difundir até ao mais alto nível, civil e militar, a política da defesa nacional e os grandes problemas com ela relacionados, nomeadamente no campo político, económico, científico e militar (...) No seu conjunto, a coleção completa da *Nação e Defesa*, representa uma fonte importante para entender as mudanças do mundo no campo da Segurança e Defesa nas últimas décadas.” (Instituto da Defesa Nacional s.d.)³⁵, em publicações. Assim, como os livros *Atena* que se centram na reflexão e debate nas áreas das relações internacionais, estratégia, segurança e defesa. Os IDN CADERNOS publicam os resultados das

³⁴ Consultado em <https://www.idn.gov.pt/pt/investigacao/projetos/linhasinv>.

³⁵ Consultado em <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes>.

investigações realizadas no Instituto. Podemos contar também com a Coleção Defesa Nacional, IDN BRIEF, E-BRIEFING PAPERS em que são abordados temas referentes à geopolítica, cibersegurança, estratégia, política comum, direito internacional e segurança e defesa. Os referenciais são outra forma de propagar a importância da segurança e defesa nacional, assim como os Grupos de Reflexão. Estes métodos consistem no deslocamento dos assessores encarregues “com vista a ampliar o número de docentes habilitados para lecionar as temáticas de segurança e defesa na Educação Pré-escolar e nos Ensinos Básico e Secundário, pretende-se continuar com o Curso de Formadores dos Centros de Formação de Agrupamentos de Escolas (CFCFAE), o qual realizará mais uma (1) ação em 2019, pelo menos”. (Instituto da Defesa Nacional, 2019, p. 27)³⁶.

A ideia de colocar estagiários nas suas instalações é outra maneira de o IDN chegar aos jovens principalmente ligados a área das relações internacionais, como dita o decreto de lei, “Consolidar as instituições de ensino superior onde se concentra a maior parte dos recursos humanos portugueses dedicados à ciência e à cultura avançadas” (Conselho de Ministros, 2013, p. 1995)³⁷, demonstrando através da participação de conferências, referenciais, grupos de reflexão, visitas de estudo, recolha de dados, relatórios, investigação que os principais objetivos deste estágio é ter a noção do papel e do seu grau de importância para a Estratégia da Defesa Nacional, reforçar as suas relações bilaterais e multilaterais com os outros Estados Membros para certificar que o país está em segurança e que os outros países não o comprometam bem como sensibilizar, alertar, reforçar e informar as pessoas sobre vários temas que põe em causa a Defesa e Segurança do país e valorizar a importância das Forças Armadas Portuguesas e a importância do homem nestas unidades. Para além disso a estagiária tem a oportunidade de inserir-se no bom funcionamento do Instituto da Defesa Nacional, pôr em prática as tarefas que lhe forem incumbidas pelos coordenadores e as que possam surgir ao longo do curso, o que ajuda a ganhar experiência profissional e académica, e a realizar o seu relatório estágio no âmbito da defesa, estratégia e segurança. Neste sentido a aluna participará no planeamento, organização e desenvolvimento de

³⁶ Consultado em https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/plano_atividades2019.pdf.

³⁷ Consultado em <https://dre.pt/application/file/a/259983>.

seminários, cursos, videoconferências, contactos com as entidades, assinatura de protocolos, visitas de estudos, entre outros. Também apoiará na área das relações públicas no âmbito do Protocolo de Estado e na investigação, recolhendo dados primários como a realização de questionários ou inquéritos online para chegar mais facilmente às pessoas, e dados secundários indiretos e preexistentes como fontes estatísticas em que se observam alterações, fontes documentais escritas e não escritas, oficiais e não oficiais, comunicação social, como redes sociais, notícias, vídeos, fotografias, mapas, jornais, artigos, pesquisa bibliográfica apropriada para se chegar a conclusões concretas nas áreas da defesa, segurança e estratégia.

CAPÍTULO III: ESTÁGIO

O estágio teve início no dia 2 de setembro de 2019 e terminou a 12 de março de 2020. Ao longo dos seis meses, a estagiária participou em vários seminários, conferências, grupos de reflexão, cursos, visitas de estudo, eventos e reuniões de trabalho.

A recepção dos novos estagiários foi positiva e calorosa. O Professor Doutor António Paulo Duarte, coordenador dos estágios e orientador dos relatórios, fez questão de informar quais os deveres e obrigações dos estagiários, a política de indumentária, quais as funções a exercer, o horário de funcionamento e os coordenadores de cada estagiário o gabinete onde iriam ficar os estagiários para realizarem as suas tarefas. Para além disso fez uma visita guiada ao Instituto para conhecermos os gabinetes das entidades e os seus graus de hierarquia militar e naval e as suas funções, como também dar a conhecer os estagiários que iriam ficar durante o estágio. Contudo, houve algumas entidades que estavam fora do país em trabalho ou de férias que só mais tarde é que os estagiários tiveram a oportunidade de conhecer e de saber quais eram os seus papéis dentro do Instituto. A recepção dos funcionários do Instituto da Defesa Nacional teve um papel preponderante no âmbito da integração dos estagiários de forma a que se sentissem apoiados e à vontade para pedir ajuda quando surgissem dúvidas e que pertenciam à equipa, o que contribuiu para o bom desempenho durante o estágio e facilitou bastante os estagiários ganharem autonomia para realizar as tarefas e procurar ajuda às pessoas especializadas e para o desenrolar das atividades que decorreram ao longo dos seis meses. Além de criar laços de amizade entre colegas, com a partilha de experiências pessoais, gostos, opiniões, convívios nos intervalos dando motivação para desfrutar do estágio. Todos os eventos foram planeados, organizados e agendados antecipadamente para que pudéssemos executar as funções de forma clara.

III.1 Cursos

O Curso de Defesa para Jovens, realizou-se entre 9 e 27 de setembro de 2019 e abordaram-se temas como: A Política de Defesa Nacional e as Relações Externas de Defesa, em que foi explicado, pelo Capitão Mar e Guerra Afonso Galrito, qual é a sua missão e como se organiza, bem com o Conceito Estratégico da Defesa Nacional, que estabelece as prioridades do Estado de acordo com os interesses nacionais, e os seus valores fundamentais são a independência nacional, defesa dos princípios da democracia, direitos humanos e internacionais, defesa da estabilidade e segurança europeia, atlântica e internacional, salientando que a União Europeia e a NATO são vitais para a segurança e defesa nacional como também contribui para a modernização e prosperidade dos países membros. Como o caso de Portugal que foi obrigado a recorrer à assistência financeira, sujeitando-se a severas limitações orçamentais que tiveram impacto na segurança e defesa nacional como também é indispensável para a intervenção externa do Estado e para a afirmação internacional de Portugal.

A constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e a sua importância, explicadas pela Dr^a. Florbela Paraíba, também tem uma grande relevância pois ela tem como missões a “igualdade soberana dos Estados Membros; Não ingerência nos assuntos internos de cada de Estado; Respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, democracia, direitos do estado e humanos e justiça nacional; promoção do desenvolvimento e promoção da cooperação mutuamente vantajosa.” (Paraíba, 2019, p. 4). Para mostrar que o interesse de Portugal não é só afirmar a sua presença no mundo nem consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças mas sim valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional, fortalecer os laços de solidariedade e de cooperação das Comunidades de Língua Portuguesa, reforçar e estabelecer parcerias multilaterais através da “constituição de comissões temáticas: “promoção e difusão da língua portuguesa; saúde; educação; ambiente; assuntos culturais; segurança alimentar e nutricional; direito e justiça.” (Paraíba, 2019, p. 4) e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

O Major General Freire Nogueira trouxe como tema “O pensamento Geopolítico Contemporâneo” em que nos explicou a importância do território marítimo apesar de ter perdido relevância desde a construção de linhas terrestres que são mais rápidas, mas

ainda têm um grande poder e a dimensão espacial e territorial salientando que este factor é relativo no sentido de que um país. Abordou também que a incógnita atual é a China por ser uma potência em ascensão e que apesar de não ter um plano estratégico, tem feito cortes nas linhas marítimas com os submarinos para estudar formas de defesa em caso de guerra e é campeão da globalização devido às exportações.

O Major General Carlos Branco falou sobre “Organização do Tratado Atlântico Norte” numa das sessões deste curso. Neste painel mencionou que Portugal no âmbito da NATO tem como missão posicionar e maximizar a sua presença, permitiu a integração, garantiu segurança na esfera internacional e contribuiu para o desenvolvimento de táticas nas Forças Armadas Nacionais, uma vez que esta já tinha uma posição especial devido à sua estrutura nos comandos e nas operações. Foi também explicado que a posição nacional de Portugal é deficitária porque não tem um secretário geral que mostre interesse e dedicação, o que dificulta a sua esfera de influência e estratégia militar, outro aspeto que aponta é o caso de Portugal fazer exercícios de influência no Norte de África, que tem sido uma área que tem ganho importância devido a Argélia ser uma das grandes exportadoras de gás natural, mas deveria tirar proveito e fazer também exercícios de influência no Mali já que tem uma relação de proximidade com Marrocos do que na República Centro Africana.

A Professora Dr^a. Ana Paula Brandão apresentou-nos como tema “A Política Comum de Segurança e Defesa Comum” em que partilhou, na sua opinião e conhecimento, que a União Europeia não tem uma política externa no sentido efetivo, tem uma dimensão externa com um conjunto de políticas comuns com capacidade política, recursos e materiais, e militar: política comercial comum, cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária e uma política comum de segurança e defesa. A criação do Tratado de Lisboa foi crucial, visto que a União Europeia não tinha estatuto jurídico antes do Tratado, e assim, esta mudança na comunidade europeia ajudou na estrutura e desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa.

Nesse mesmo dia a Professora Dr^a. Patrícia Galvão Teles, explanou sobre “Guerra e Paz no Direito Internacional, na Atualidade”, em que afirma que o Direito Internacional, nos dias que correm, proíbe o uso da força armada nas relações internacionais a fim de os estados membros resolverem os seus atritos sem o uso do armamento como era feito antes, a não ser que tenham causas legítimas. A partir de 1899 até 1907 os estados concordaram em começar a resolver os conflitos por meios

pacíficos, surgindo assim os primeiros tribunais arbitrários. Com o final da primeira guerra mundial, o conselho de segurança é o que autoriza o uso da força caso a segurança internacional esteja em causa ou o estado aciona este mecanismo quando sente que está a ser atacado.

O Dr. Manuel Vieira explicou como funciona e qual a missão do sistema de segurança interna, que tem como objetivo “garantir a ordem, segurança e tranquilidade pública, proteger bens e pessoas, [reduzir] a criminalidade, assegurar o bom e normal funcionamento das instituições democráticas, regular exercícios dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” (Vieira 2019, 4) ou seja, “desmantelar as redes internacionais de criminalidade; prevenir o terrorismo e responder à radicalização e ao recrutamento; reforçar os níveis de segurança para os cidadãos e as empresas no ciberespaço; reforçar a segurança através da gestão das fronteiras; reforçar a capacidade de resistência da Europa às crises e às catástrofes”. (Vieira, 2019, p. 6)

O Coronel Lemos Pires compareceu no Curso de Defesa para Jovens, para nos apresentar o “Poder e Potencial Estratégico de Portugal”. Segundo o Coronel, Portugal é uma Nação com um projeto, um aliado fiável e credível. Apesar de o país em termos geográficos, económicos e étnicos não apresentar nada de novo, Portugal conseguiu crescer e formar sozinho e que tem ganho protagonismo com a conquista de lugares de poder nas grandes organizações. O Professor Doutor Carlos Gaspar também complementou esta matéria ao explicar o Conceito Estratégico da Defesa Nacional.

A Professora Dr^a. Helena Carreiras, atual Diretora do IDN, teve o prazer de abordar um dos temas que estão em voga: “Mulheres, Paz e Segurança: Importância da Mulher”. Cada vez mais as mulheres candidatam-se a altos cargos que só os homens poderiam alcançar, nomeadamente nas Forças Armadas, e que de facto as mulheres trazem vantagens nas missões militares, como terem um caráter mais amistoso e dócil tornando-se mais fácil de se aproximar das populações, nomeadamente as mulheres, e serem um exemplo a seguir, incentivando-as a alistarem-se nas Forças Armadas e que são tão ou mais capazes do que qualquer outro homem de participar em missões de risco e violência para a defesa do seu país.

Neste mesmo curso contou-se com a presença da Dr^a. Mafalda Borges que explicou a organização do Sistema Internacional da República Portuguesa. O SIRP é um organismo com um papel ativo no Conceito Estratégico da Defesa Nacional que presta apoio político. Este sistema atua num plano interno através dos Serviços de Informações de Segurança, e num plano externo que conta com o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa que “foi criado pela lei nº 30/84”. Tem como missão assegurar “a segurança interna e externa, a independência, os seus interesses nacionais, a integridade da unidade do Estado.” E “na luta contra o terrorismo, a criminalidade organizada internacional, o cibercrime, a sabotagem.” (Sistema de Informações da República Portuguesa s.d)³⁸ Os princípios fundamentais do Sistema de Informações da República Portuguesa são: “Respeito pela constituição e pela lei; Princípio da legalidade das atribuições; Princípios da especificidade e especialidade das atribuições; Princípio da limitação do âmbito de atuação; Princípio da exclusividade; Princípio do sigilo e do segredo de estado.” (Sistema de Informações da República Portuguesa, 2019, p. 36)

Por sua vez, no mesmo dia, o Dr. Paulo de Almeida Sande trouxe como tema: “Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça” focando-se em pontos como a política europeia, circulação de bens e pessoas na Europa e a travessia das fronteiras externas; a visão do espaço de liberdade, garantindo condições de segurança, justiça e unitário.

Nos penúltimos dias do Curso de Defesa para Jovens terminar, a Professora Dr^a. Maria Francisca Saraiva fez uma breve apresentação da Organização das Nações Unidas em que conta que a carta das nações unidas foi assinada em 1945 e a sua sede foi construída pelos arquitetos Niemeyer e Le Corbusier e terminada em 1952 num terreno que fora doado por Rockefeller. A Organização das Nações Unidas é composta por uma Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Económico e Social, Conselho de Tutela, Tribunal Internacional de Justiça e Penal em Haia, um secretariado e uma sala de consultas informais do Conselho. Também “julga os crimes internacionais mais graves” (Saraiva, 2019, setembro) como crimes de guerra; crimes contra a humanidade; Genocídio; Crime de Agressão. Os objetivos das Nações Unidas são a paz, direitos humanos e desenvolvimento para uma vida sustentável. Os desafios atuais que a ONU enfrenta são as reformas do conselho da europa e das operações de paz.

³⁸ Consultado em <https://www.sirp.pt/quem-somos/o-sirp>.

O Coronel Gilberto Lopes Garcia, trouxe como tema as “Forças Armadas e as Missões de Paz”. O Tenente começou por nos mostrar um pouco do que nos pertence, como por exemplo, a zona económica exclusiva, plataforma continental, águas jurisdicionais, busca e salvamento, população, a linha da costa portuguesa e a sua fronteira terrestre e por fim o número de portugueses espalhados pelo mundo bem como os documentos que definem as Forças Armadas – princípios fundamentais, objetivos permanentes, orientações, prioridades, instrumento militar como fonte do poder nacional, cenários e orientações estratégicas emprego FFAA³⁹, missões deduzidas e específicas com base na LDN⁴⁰, capacidades para o cumprimento das missões e implantação territorial. Exemplificou também a estrutura orgânica das Forças Armadas, assim como as suas posses, isto é, o número de soldados ativos em cada unidade e os seus recursos monetários. As capacidades de ação da Marinha, Exército e da Força Aérea, e as missões que já operacionalizaram e que estão em agenda, a nível da defesa coletiva, segurança cooperativa, apoio ao desenvolvimento e bem-estar, cooperação e assistência e segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos, exercício da soberania, jurisdição e responsabilidades nacionais. Por fim dá alguns exemplos sobre as missões em que as Forças Armadas já operacionalizaram. (Garcia, 2019, setembro)

Durante o período de estágio decorreram outros cursos como o Curso de Jovens Partidários e o Curso de Defesa para Jornalistas e pós-graduações das quais a estagiária não pode participar uma vez que coincidia com outras funções que tinha que desempenhar.

Participou também no Seminário Online da Associação de Colégios de Defesa Ibero-Americanos em que o tema central era sobre “Mulheres, Paz e Segurança: Perspetivas das Mulher nas Forças Armadas”. Contou-se com várias conferencistas, incluindo a diretora do Instituto da Defesa Nacional, que apontaram para a falta de mulheres em altos cargos, o problema de a sociedade achar que existe cargos só para mulheres e outros só para os homens, a discrepância salarial entre homem e mulher, e a falta de mulheres nas Forças Armadas apesar de já haver muitas recrutas ainda não é significativo. Sublinharam também a importância e o impacto que teve a implementação da resolução 1325 que veio promover a igualdade de género e os direitos das mulheres.

³⁹ Forças Armadas

⁴⁰ Lei da Defesa Nacional

III.2 Visitas de Estudo

Nos seis meses que a estagiária esteve no Instituto da Defesa Nacional, teve a oportunidade de participar nas visitas de estudo proporcionadas para os auditores. A primeira visita foi em Alfeite, na Marinha Portuguesa, onde foi apresentado um pequeno briefing sobre a história da Marinha e qual a sua missão, como se organiza e os seus objetivos. O orador alertou também a falta de recrutas e de pessoas interessadas nas Forças Armadas, apesar de o número de mulheres a ingressarem ter aumentado. Por fim, mostrou-nos o interior do submarino e explicava ao mesmo tempo as funcionalidades de cada divisão do mesmo e as condições a que estão submetidos quando são destacados para uma missão bem como o centro de comandos onde se pode observar o controlo dos mares e dos navios.

Os Comandos do Exército localizado na Carregueira foi outras das visitas, em que o Tenente designado para nos acompanhar explicou que a essência dos comandos: capacidade, pessoas e exército. Para além disso é um exército credível, moderno, atrativo de elevada prontidão e competência. Pronto para a defesa militar da república, garantir o treino necessário, contribuindo para a segurança cooperativa, e para a proteção e bem-estar civil. A importância e a divulgação dos comandos nasceram a partir da guerra ultramar em 1961, e a partir daí, com a ajuda dos seus aliados, começaram a desenvolver técnicas de combate melhorando a sua performance tornando-a mais ligeira, flexível e forte com aulas de krav maga, a sua condição física e psicológica. Os comandos já contam com várias missões como a operação Timor-Leste – 2004 – UNMISSET⁴¹; Afeganistão – 2005 a 2010 – ISAF⁴²; Iraque – 2015 – OIR – assessoria e formação; República Centro Africana – 2017 – UN/MINUSCA⁴³. Durante a visita também se contou com um almoço volante na companhia dos oficiais e recrutas e também duas demonstrações em que a primeira foi uma exposição do equipamento e dos recursos, e a segunda foi uma demonstração técnica militar.

⁴¹ United Nations Mission of Support to East Timor. Missão que tem como objetivo dar assistência a Timor Leste durante dois anos até que o processo de independência ficasse concluído.

⁴² International Assistance Force.

⁴³ United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic. Compete às Forças Armadas proteger os cidadãos da República Centro Africana.

A Guarda Nacional Republicana, no Largo do Carmo, em Lisboa, fez uma visita guiada às instalações, nomeadamente à sala de operações onde dão seguimento e controlo das ocorrências, uma exposição do equipamento, armamento, cinotécnica e veículos. Ainda assim, explicaram em que zonas do país é da jurisdição da GNR, número de operacionais, a sua missão, objetivos e como é estruturada hierarquicamente.

Tal como a GNR, o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP em Moscavide, presenteou com um powerpoint a explicar a sua missão, função, organização, organograma hierárquico, unidades orgânicas, atividades desenvolvidas, projetos. Por fim, visitou-se o centro de comandos onde dão seguimento de incidentes que vão acontecendo ao longo do dia ou casos de investigação por resolver. Fizeram também um pequeno exercício em que utilizaram a taser, as algemas e o bastão para exemplificar como é que atuam no dia a dia.

A Proteção Civil em Carnaxide foi outro dos locais visitado. Ao contrário das outras visitas, esta foi muito mais teórica em que contaram quem são, a sua história, a alteração do logótipo, o sistema de operação da ANEPC⁴⁴ o problema dos incêndios rurais, a prevenção e planeamento que põe em risco a segurança dos cidadãos e a estrutura hierárquica. O centro de operações também foi uma das divisões que se pode entrar e ver os seus recursos tecnológicos, as viaturas que têm disponíveis e o número de incêndios ou outros incidentes que estavam a decorrer.

Com os participantes do grupo 5+5 CEMRES⁴⁵ visitou-se o museu dos coches situado em Belém. Ao longo da exposição a guia explicou a história e em que época foi utilizado cada coche.

As visitas de estudo que foram planeadas para os auditores dos outros cursos foram as mesmas.

⁴⁴ Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

⁴⁵ Centro de Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos. Iniciativa que envolve Portugal, Itália, França, Espanha, Malta, Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, com a missão de cooperarem entre si e dar apoio financeiro e gestão de recursos.

III.3 Seminários

O Seminário IDN Jovem em Évora decorreu nos dias 25 a 27 de novembro de 2019, em que consistia vários participantes escolhidos pelo coordenador do curso, neste caso o Coronel Costa Campos, apresentarem o seu trabalho de acordo com os temas propostos pelo Instituto e, caso ganhassem, serem publicados nos cadernos do Instituto da Defesa Nacional. A participação da estagiária, apesar de a outra colega também estagiária ter sido responsável, foi de organização, planeamento de onde e como iria decorrer o evento, papel de speaker no seminário, dando as boas-vindas a todos os convidados, dando a conhecer o tipo de seminário que se tratava e apresentando os participantes, encaminhá-los para a sua estadia e para o local onde iriam apresentar os seus trabalhos, bem como esclarecer qualquer tipo de dúvida aos auditores.

A “Europa e Migrações” foi outro seminário, mas que se realizou no IDN no início do mês de dezembro. Os temas abordados pelos conferencistas foram: a “Nação e a Imigração” e “Políticas de acolhimento e integração na Europa”. Neste evento contou-se com a ajuda de todas as estagiárias para receber e confirmar a presença de todos os convidados e conduzi-los para os seus devidos lugares bem como dar apoio na hora do coffee break.

III.4 Conferências

Uma das conferências da qual a estagiária assistiu foi o “Grupo de Reflexão Europa: A União Europeia e o processo de conclusão das negociações conducentes à saída do Reino Unido”, que esteve presente o Sr. Embaixador Rui Vinhas, antigo Diretor da direção assuntos Europeus e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Sr. Embaixador abordou tópicos como a saída de um estado-membro ter sido um movimento de desintegração que abalou a comunidade, alterações das metas no Acordo de Paris, Comércio Livre, quais serão os próximos passos e contar com todos os cenários possíveis. Também apontou para o facto de Inglaterra iniciar uma ação sem plano, atacando só com o artigo 50º do Tratado de Lisboa foi um grande erro, prejudicando significativamente o Reino Unido. Assim, com esta atitude, mostrou que não tinha consciência das instruções e das armas que deveria ter usado, daí a União

Europeia ter ganho na maior parte das negociações/referendos. Contudo, a rigidez da EU não facilitou a negociação da saída da Inglaterra.

A conferência sobre “Populismos e Direitos Humanos na Europa” em que o Professor Przemyslaw Tacik falou da legalidade populista na era contemporânea, e a Professora Ewa Kamarad que falou dos Direitos Humanos LGBT em países do centro da Europa em que apresenta um caso em que um casal, e dos problemas que as pessoas homossexuais têm que passar para conseguirem casar ou adotar filhos.

No dia em que a NATO fez 70 anos, também se realizou uma conferência denominada por “Mesa Redonda”: O papel da NATO no desenvolvimento de um sistema de segurança e defesa transatlântica” em que os intervenientes foram o Sr. Embaixador João Mira Gomes, General Luís Valença Pinto e o Professor Doutor Carlos Gaspar. Cada um dos oradores deu a sua perspetiva e, na sua opinião, o que é que a NATO poderia alterar para não acabar numa “morte cerebral” como o presidente Macron disse. A NATO não está obsoleta uma vez que não há outra organização em alternativa, mas existe desafios como a relação da América com a organização. A organização política e militar tem vindo a perder peso por ter uma abordagem estratégica fraca.

Na sessão de abertura do ano académico do Curso Defesa Nacional o Professor Doutor Viriato Soromenho Marques discursou sobre as alterações climáticas e as consequências que traz para a segurança e defesa nacional. Também é uma das áreas em que o Instituto está a planear em apostar.

No dia 29 de janeiro de 2020, a Professora Dr^a. Shino Watanabe da Faculdade de Estudos Globais na *Sophia University* em Tóquio, em colaboração entre o Instituto da Defesa Nacional e a Embaixada do Japão, presenteou-nos como tema “*Japan – China relations, free and open Indo – Pacific – Chinese presence in Africa*”. Nesta conferência a Senhora Professora falou de temas como a relação entre Japão – China sob o governo de Shinzo Abe, e as suas relações económicas e educacionais e os que obstáculos que ainda têm que ultrapassar para que este relacionamento se mantenha ou até mesmo, se evolui; a iniciativa de uma abertura no indo-pacífico focando na cooperação entre Japão, Estados Unidos da América, Índia, Austrália, Ásia, União Europeia e Médio Oriente, na prosperidade económica, estabilidade e segurança; os obstáculos do Presidente Xi Jinping e do Primeiro-Ministro Shinzo Abe; presença da

China em África e a sua relação desde 1950 e os seus desafios; e, por fim, as conclusões finais acerca dos tópicos mencionados.

III.5 Workshops

Outro assunto que está em voga e que o Instituto está interessado, é na igualdade de género. Assim sendo, foi organizado um workshop internacional: “Integração de género nas Academias Militares em Portugal e no Brasil” que visa a importância da mulher na dimensão militar, as perspetivas, desafios e aprofundar conhecimentos no processo de integração.

III.6 Iniciativas/Cooperações

O grupo de 5+5 CEMRES é uma iniciativa de defesa criada pela Tunísia que tem como objetivo cooperar e ajudar multilateralmente, e procurar soluções que garantem a segurança e defesa nos países. Os países participantes são: Portugal, França, Tunísia, Argélia, Malta, Mauritânia, Itália, Líbia, Marrocos e Espanha. Esta iniciativa reúne todos os anos, sendo que, em janeiro de 2020, Portugal foi escolhido para se reunirem no Instituto da Defesa Nacional para discutirem o problema de hoje em dia: a Proteção de Informação na cibernética. Foram realizadas três reuniões para debater as preocupações dos membros na Cibersegurança e na Ciberdefesa e os seus desafios. Por fim, decidiram fazer um documento em que fossem explanadas essas preocupações com a participação de todos.

III.7 Outras Actividades

Durante a sua estadia no IDN, a estagiária também foi convidada a assistir e partilhar opiniões nas reuniões mensais para tomar conhecimento do ponto de situação das atividades a decorrer e as futuras e perceber as funções que competiam a cada um dos coordenadores.

Para além de participar nas conferências a estagiária também esteve incumbida de orientar e esclarecer qualquer tipo de dúvidas aos auditores tal como verificar a presença de todos os participantes, verificar e confirmar a presença de todos, dar apoio na organização e planeamento de atividades extracurriculares e no desenrolar das conferências ao coordenador bem como ter em atenção se algum auditor era alérgico ou se tinha alguma intolerância a certos alimentos quando os almoços eram decorridos na visita de estudo.

Nos eventos de maior relevância, ajudar na receção das entidades de alta representação e conduzi-los aos seus devidos lugares em conformidade com o protocolo como também ir buscar as delegações ao aeroporto e aos hotéis.

Assim como na pesquisa de informação para a realização de painéis de conferências e de possíveis interessados e disponíveis para se dirigirem ao Instituto para falarem nos eventos, procura de trabalho de apoio didático sobre a defesa e segurança nacional para alunos de quarto ano e para referenciais em que o Instituto da Defesa Nacional participa, recolha de dados, pesquisa para eventuais publicações nos cadernos Nação e Defesa do IDN. Publicação e divulgação de informação na plataforma moodle, análise esquemática dos inquéritos realizados nos cursos e pós graduações, planeamento de voos, criação de formulários no Excel e no Word, apoio nos audiovisuais e nos coffee breaks, ajudar a montar as decorações da época natalícia e também mascarar de Pai Natal para entrar no espírito natalício, tradução de documentos para os programas dos seminários ou cursos, relatórios das conferências, atualização de informação nos planos de atividades do IDN, entrar em contato com as embaixadas para certificar a presença do Embaixador ou Embaixadora, preparação dos auditórios, obtenção de fotografias para no futuro publicar na página do Instituto, preparar os auditórios colocando as placas com os nomes dos intervenientes, testar os microfones e se o sistema de videoconferência está operacional como também verificar se as

apresentações dos conferencistas estavam disponíveis para mostrar durante a palestra. Para além disso a estagiária também teve a oportunidade de fazer de *speaker* para dar início às sessões e apresentação dos temas com os respetivos conferencistas.

Participar em todas as festividades oferecidas pelo IDN, como o almoço de natal, jantar de oficiais, almoço com os assessores, cerimónias de despedidas de funcionários e colocação de divisas/condecorações a funcionários do Instituto da Defesa Nacional.

Quando a delegação do Porto vinha a Lisboa, a estagiária era escolhida para mostrar as instalações do Instituto aos estagiários do Norte.

CAPÍTULO IV: PORTUGAL E A NATO

Partindo do que foi já abordado no primeiro capítulo, em que se observaram a história e o Conceito Estratégico da NATO, este capítulo dependerá, em grande parte, dos mesmos para que seja realizado um estudo mais aprofundado acerca do assunto. Deste modo, o primeiro capítulo serve de alicerce para toda e qualquer informação que seja encontrada e assunto explanado na terceira parte do relatório.

IV.1 Influência da NATO no Sistema Português

Desde a adesão à NATO, toda a política de defesa e militar portuguesa alterou-se, e permitiu que as Forças Armadas se atualizassem no conhecimento prático de defesa. Significa que:

“(…) a NATO deu credibilidade à política de defesa própria destes estados e afastou o fantasma de uma intervenção externa, fosse qual fosse a sua origem; serviu simultaneamente de referência interna, ao incentivar a sociedade a evoluir para uma democracia plena, em particular no que diz respeito ao controlo democrático das Forças Armadas; apoiou ainda a transição do modelo de Forças Armadas, afastando-o da visão típica do Pacto de Varsóvia para uma estrutura mais moderna e menor que, em quase todos os casos, acabou por ser a de uma força voluntária e profissional.” (Telo, 2009, p. 7)

Segundo o Professor Nuno Severiano Teixeira (2009), desde a sua adesão à NATO, Portugal tem revelado ser um componente de grande valor no seio da Aliança. Consequentemente, esta nova etapa no sistema português teve repercussões positivas no plano interno e externo. Afirma que:

“No plano interno, constituiu, primeiro, um dos momentos importantes da política externa do Estado Novo e, depois, mais tarde, um factor de relevo na transição e consolidação da democracia portuguesa. Teve também importantes consequências na instituição militar e na política de defesa nacional. (...) No plano externo, a Aliança foi, sem dúvida, um instrumento central na afirmação de Portugal enquanto Estado responsável e produtor de segurança internacional, depois da institucionalização da democracia portuguesa.” (Teixeira, 2009, p. 119)

Mais detalhadamente, António José Telo (1999) aponta que a NATO permitiu que Portugal integrasse “no sistema Ocidental Atlântico, acabando com as veleidades de constituir uma "zona não inserida", formada pelos regimes peninsulares e pela sua área de influência em África e na América Latina.”; “criar uma alternativa parcial às funções seculares da Aliança Inglesa, numa altura em que esta tinha perdido a sua eficácia.”; contribuiu para uma “aproximação política e estratégica com os EUA e confirmou nas novas condições do pós-guerra, Portugal como o principal interlocutor Ibérico junto dos poderes que dominavam o Atlântico.” (Telo, 1999, p. 45) Permitiu que se “implementasse novas “técnicas, métodos e formas organizativas das sociedades pós-industriais, num processo essencialmente financiado por elas, que começa pelas Forças Armadas para se alargar em seguida a todas as esferas da sociedade.”; “modernização das Forças Armadas Nacionais e da estrutura da defesa” (Telo, 1999, p. 46). Portugal como não tinha qualquer tipo de “órgãos coordenadores da Defesa, tanto em termos políticos como militares”, ao que era alvo de grandes críticas passou a ter um Ministro da Defesa, a quem compete "coordenar os problemas da política militar da Nação e as altas questões relativas à defesa do país" (Telo, 1999, p. 62). O órgão de trabalho e planeamento do Ministro da Defesa é o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, dirigido por um Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

Outro aspeto em que a NATO teve influência, apesar de não ser algo concreto nem visível, foi na política de defesa nacional. “Por proposta conjunta do Primeiro-Ministro e do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior e após apreciação do Conselho Superior de Defesa Nacional,” (Conselho de Ministros, 1985)⁴⁶ foi aprovado o Conceito Estratégico da Defesa Nacional.

Inicialmente, este documento centra-se em aspetos que garantem a política interna do país para garantir a soberania e a independência nacional. Esses pontos, de acordo com o documento focam-se na tentativa de: solidificar a sua coesão interna com base no reconhecimento e valorização dos valores éticos, morais e culturais nacionais para manter a sua independência e a sua identidade, reiterar o seu interesse nas relações externas no plano internacional, obter alianças para se proteger das ameaças e ao

⁴⁶ Consultado em <https://dre.pt/home/-/dre/327295/details/maximized>.

mesmo tempo promover as potencialidades nacionais, garantir a sua independência através de ações políticas militares, privilegiar a sua geoestratégia nas áreas tradicionais de influência, participar em todas as operações da NATO para fortificar a sua autonomia na capacidade de defesa autónoma e coletiva para garantir a segurança interna e externa com capacidade de sobrevivência e dissuasão das ameaças à integridade nacional. Por isso, o conceito está na origem do princípio de fortalecer o Estado para que possa responder às ameaças, no que toca ao plano interno e de fortificar o seu papel nas negociações e maximizar os seus interesses políticos, geoestratégicos e militares, no que toca ao plano externo.

Após Portugal se tornar membro da Aliança, o CEDN sofreu várias alterações. Em 1994, incrementou no plano interno, a educação, cultura, economia, ciências, tecnologia e ciências da comunicação. Já no plano externo, especialmente na vertente militar, impôs que: se deveria assumir “uma postura estratégica defensiva e assegurar a capacidade de defesa e de resistência que garanta” a camaradagem entre os aliados, e “Colaborar nas ações de intercâmbio, diálogo e cooperação com Forças Armadas de países aliados ou amigos, por forma a intensificar o entendimento mútuo que previne conflitos”. (Valente, 2014, p. 51) Porém estas alterações ao CEDN não ficaram por aqui. Em 2013, sob o rescaldo do 11 de setembro e o trauma que este marcou no mundo, o Conselho de Ministros achou que seria uma boa altura para reavaliar o Conceito Estratégico. Repararam que a nação não tem qualquer capacidade de se defender sozinho, seja em ataques internos como ataques externos, nomeadamente ataques terroristas, “facto que realça a importância que a NATO assume atualmente” (Valente, 2014, p. 37), e a crise financeira que afetou toda a Europa. Para isso, Portugal define que os seus principais riscos são: o terrorismo, criminalidade transnacional, cibercriminalidade, pirataria marítima, entre outros. Em resposta aos novos desafios, no âmbito do CEDN, apontou-se que as forças militares deveriam maximizar e melhorar as suas capacidades para “impulsionar uma abordagem integrada na resposta às ameaças”, gestão de crises, proliferação de armamento para evitar o terrorismo. Para que Portugal possa diminuir tais ameaças, as Forças Armadas devem estar preparadas para dar resposta a “crises internacionais ou conflitos armados, no âmbito dos compromissos assumidos nomeadamente com a NATO e a UE;” “auxílio humanitário”; “Cooperação técnico-militar;” Cooperação com as forças e serviços de segurança no combate a ameaças transnacionais.” (Valente, 2014, pp. 52-54)

IV.2 Influência da NATO nas Forças Armadas Portuguesas

Antes da sua adesão à NATO, a população portuguesa era fortemente marcada pela inexperiência e falta de formação operacional, assim como a ausência de capacidade inovadora de aproveitamento dos recursos que estavam à sua disposição, sendo que com a adesão vários militares receberam formação de várias especialidades como “radares, a informática ou a moderna logística.” (Telo, 1999, p. 60) Esta reestruturação também foi importante para a Força Aérea e para a Marinha, uma vez que estas duas unidades não tinham qualquer tipo de meios de electrónica, radar, ou jactos e que contava sobre tudo com equipamento inglês.

No novo esquema NATO, a Força Aérea recebe essencialmente duas funções: a defesa aérea do continente e ilhas e o apoio tático às forças expedicionárias na Europa, a que se soma uma função acessória de patrulha marítima e luta anti-submarina.” (Telo, 1999, p. 65). Tal como aconteceu com os militares, os elementos da Força Aérea começaram a ter formação para adquirir conhecimentos teóricos e práticos, que acabaram por formar “4 esquadras de jactos, apoiadas por uma rede de detecção radar, 2 de patrulha marítima e unidades de apoio.” (Telo, 1999, p. 66). Uma das principais alterações que ocorreram no âmbito da Força Aérea Portuguesa e que decorreram da sua presença na NATO deu-se aquando da sua participação da mesma na operação AS F-16 em 1994 e cujo principal objetivo era o patrulhamento aéreo dos membros da Aliança. Estas mudanças visaram fundamentalmente a atualização da frota, equipamento de visão noturna, partilha de informação com a equipa terrestre, armamento ar-chão e aquisição de novas capacidades.

No caso da Marinha, a NATO tinha como objetivo criar uma equipa que vigiasse as embarcações no atlântico que fosse eficaz, “criar uma capacidade de guerra de minas e aumentar a escolta costeira e oceânica, (...) com aparelhos de patrulha marítima e guerra anti-submarina.” (Telo, 1999, p. 66) Ainda aponta para o facto de os oficiais militares estarem afastados dos outros elementos o que leva a uma hierarquização dentro da unidade, pouca experiência e confiança em campo e pouco conhecimento geral para uma mente mais aberta. Para que os militares formassem com mais eficácia e rapidez, reformulou-se os cursos dos oficiais, sendo que antes era dividido em duas partes (o primeiro era um “curso geral” que tinha uma duração de dois anos, e o outro

um “curso complementar” com a duração de um ano). Porém, esta nova formação não teve grande sucesso, visto que era “muito teórica” – centravam-se na área das ciências sociais, economia, história, geografia, psicologia e sociologia – e não tão prática, assim alterou-se o curso para um ano reduzindo as aulas de cultura geral. Mesmo assim, o Chefe de Estado Maior não concordou com este corte, porque “um oficial de Estado Maior deveria ter o «prestígio e ser suficientemente qualificado para entrar no Corpo de Estado Maior, tão bom como aqueles que o antecederam no mesmo Corpo».” Dito isto, ficou estipulado que o curso duraria dois anos com o objetivo de “assegurar uma rápida preparação de oficiais de estado-maior para os escalões divisionários e das pequenas unidades de campanha.” (Marcos, 2013, p. 32). Esta reestruturação permitiu um desenvolvimento nas capacidades técnicas de escolta, e “assegurar a manutenção das linhas de comunicação nas águas territoriais.” (Marcos, 2013, p. 19).

IV.3 Participação das Forças Armadas em Missões Internacionais da NATO

Nos últimos anos, Portugal já participou em operações nos Balcãs, Bósnia, Kosovo, Iraque, Europa e África. Em 2005, foram destacados vários elementos da Força Aérea e da Marinha para ajudar a socorrer as vítimas do furacão Katrina que destruiu milhares de casas e causou mais de mil mortes, nos Estados Unidos. Nesse mesmo ano a NATO deu início à operação *Earthquake Relief in Pakistan*, para dar apoio humanitário no Paquistão depois de ter sido atingido com um terramoto que devastou aldeias, edifícios, causou deslizamentos de terra e dezenas de mortes. Em 2010, no Afeganistão, aproximadamente 300 operacionais participaram na Kosovo Force, com a intenção de manter um ambiente saudável, seguro, estável e próspero, e cerca de 200 militares para as missões, *International Security Assistance Force*, em parceria com o *Tactical Air Control Party*, e na *Operational Mentor and Liaison Team*, destacamento de uma equipa médica para dar apoio no Hospital Militar de Kaia em Cabul, e apoio aéreo durante as eleições. (Pinto, 2009, pp. 45-46) No Mediterrâneo, vários militares operacionalizaram a *Active Endeavour* para a vigilância de possíveis contrabandos e piratarias no Mediterrâneo Ocidental, e na Somália a mesma coisa. No Iraque executaram uma *Training Mission* de assessoria e, para além disso, estão presentes em todos compromissos da *NATO Response Force* que consiste numa equipa de

intervenção rápida, pronta para reagir aos problemas de segurança, gestão de crises e defesa coletiva. No ano seguinte, continuaram a participar nas missões no Afeganistão, África e no Mediterrâneo Oriental.

Segundo o artigo de Miguel Machado (2015), na revista Operacional,

“a designada “*Task Force Besmayah*”, liderada por Espanha e integrando militares deste país, de Portugal, do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, tem por missão formar unidades do Exército do Iraque, para melhorar a sua capacidade para combater o “Daesh”. Nesta localidade a cerca de 50 Km de Bagdad, está instalado o «*Besmayah Range Complex*» (designação da coligação) (...). Portugal enviou em maio deste ano 32 militares da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR) do Exército para integrar as forças da «*Combined Joint Task Force – OPERATION INHERENT RESOLVE (CJTF OIR)*», lideradas pelos EUA. (...) A missão das Forças Armadas Portuguesas foi autorizada por um ano (Portaria n.º 275/2015 do Ministro da Defesa Nacional de 27ABR2015), sendo, portanto, necessário para a manter a partir de maio de 2016, nova decisão política quanto antes.” (Machado, 2015)⁴⁷

Participaram nas operações *Sea Guardian*, *Assurance Measures*, *Taylored Foward Presence*, e *Sophia*, no combate ao terrorismo marítimo e manter a segurança marítima. De acordo com o artigo publicado na rádio renascença, escrito pela Lusa, em 2019 “As Forças Armadas participaram [cerca de dois mil militares,] em 29 missões internacionais e mais de sete mil nacionais, nas quais salvaram 756 pessoas através de ações variadas, desde combate a incêndios, buscas e salvamento e transporte de órgãos humanos.” (Agência de Notícias Lusa, 2020)⁴⁸ Mais de trinta mil soldados foram destacados para mais de sete mil missões. Desde a sua entrada para a Aliança, as Forças Armadas têm assumido um papel relevante devido à sua constante presença e envolvimento nos processos de decisão e alargamento, e nas várias missões que participou a mandato da NATO, executadas de forma exemplar, e continuam a demonstrar a importância de ter uma unidade de Forças Armadas para a defesa e segurança estratégica do país.

⁴⁷ Consultado em <https://www.operacional.pt/missao-no-iraque-mais-um-natal-longe-da-patria/>.

⁴⁸ Consultado em <https://rr.sapo.pt/2020/01/10/pais/militares-das-forcas-armadas-participaram-em-29-missoes-internacionais/noticia/177893/>.

CAPÍTULO V: O INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL E AS FORÇAS ARMADAS NAS MISSÕES INTERNACIONAIS DA NATO

V.1 Contributo do Instituto da Defesa Nacional

Sendo o IDN um local que defende os princípios e valores “civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate dos grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa” (Instituto da Defesa Nacional s.d.)⁴⁹ e tendo como missão analisar e refletir sobre o pensamento estratégico de defesa e segurança nacional e internacional através de publicações, formações, debates, divulgações e eventos, promovendo à liberdade de pensamento e “cultivar uma ética de cidadania e serviço público e fomentar o rigor e a transparência na prossecução das suas atividades”, qual é o contributo que o IDN dá relativamente às Missões Internacionais, nomeadamente da NATO, para as Forças Armadas Portuguesas? (Instituto da Defesa Nacional s.d.)⁵⁰

Dada a importância da NATO na área das relações internacionais, no contributo para a evolução do Conceito Estratégico da Defesa Nacional, na segurança e defesa nacional e para a sua estabilidade política, o IDN sentiu-se “na obrigação de contribuir para esta reflexão ampla e internacional.” (Telo, 2009, p. 8) e organizou um seminário para assinalar os 60 anos de aliança entre a Organização e Portugal. Na sessão de abertura, Dr. Rui Machete, Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, afirmou “que a importância da NATO para a União Europeia e para Portugal não deve ser descurada, independentemente da evolução da Aliança” (Machete, 2009, p. 25) uma vez que foi fundamental para impedir que as ameaças soviéticas se difundissem, e se a Organização expandir a sua zona de atuação para locais como no Atlântico Sul ou em Magreb “obterá ainda vantagens adicionais para a sua própria segurança e como interlocutor privilegiado em relação à maioria dos países dessas áreas.” (Machete, 2009, p. 27).

⁴⁹ Consultado em <https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/quemsomos/missao>.

⁵⁰ Consultado em <https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/quemsomos/missao>.

No que diz respeito a esta questão, o General Gabriel Espírito Santo realçou que:

“a evolução que a estrutura militar integrada da NATO sofreu, no sentido de poder conduzir uma estratégia militar, que foi servindo as sucessivas evoluções de um conceito estratégico de uma Aliança que, nos seus 60 anos de existência, foi adaptando a sua finalidade às realidades de um Mundo em mudança.” (Espírito Santo, 2009, p. 31)

O seminário deu a oportunidade para debater aspetos “históricos da Aliança, com os nossos esforços na participação em missões e com alguns aspectos do relacionamento da Aliança com a Comunidade Internacional” (Amado, 2009, p. 15)

Nas suas publicações de investigação – Nação e Defesa, Atena, IDN cadernos, IDN brief, e-briefing papers e outros, foram encontrados aproximadamente oitenta e seis textos sobre a NATO, Conceito Estratégico da Aliança e da defesa nacional, futuro de Portugal e da Aliança, Forças Armadas Portuguesas e missões. No entanto, desses oitenta e seis artigos, só oito investigadores é que abordam o tema das Forças Armadas Portuguesas em Missões Internacionais de forma muito sucinta, superficial, pouco abrangente, repetitiva, com as mesmas conclusões à exceção de um artigo.

Primeiramente, deparamo-nos com duas publicações que se tratam de um prólogo às Missões Internacionais. O General Luís Valença Pinto, antigo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no seu artigo “As Missões Internacionais da NATO”, recai sobre a participação das Forças Armadas Portuguesas em missões da NATO e a sua relevância, que de certa forma, mas com abordagens diferentes, irá ao encontro do que o Tenente-Coronel Domingos Rodrigues referiu no seu artigo (Rodrigues, 2011). O General Luís Valença Pinto, defende que todas as operações em que Portugal participou como na “Bósnia, Kosovo, Iraque, Afeganistão, Paquistão, Lituânia, *Santding NATO Maritime Group One* e *Active Endeavour* executaram até ao fim e de forma exemplar. Deste modo, salienta que:

“Em 2008, as Forças Armadas Portuguesas mantiveram uma presença média de cerca de 570 militares em operações no âmbito da NATO, (...) com um contributo de militares de terra, mar e ar, materializando o esforço, a dedicação e o profissionalismo reconhecidos aos militares portugueses e às nossas unidades navais, terrestres e aéreas.”. Em 2009 “(...) ainda em resposta a uma solicitação da

NATO, Portugal disponibilizou um avião C-130, durante cerca de três meses, visando reforçar a Missão da NATO de apoio ao período eleitoral no Afeganistão (...). Além disso, “(...) as Forças Armadas Portuguesas são ainda responsáveis pela execução de compromissos assumidos no âmbito das NATO Response Forces (NRF), para as quais têm contribuído continuamente desde a NRF 2, no 1º semestre de 2004. (Pinto, 2009, pp. 44-47)

O General salienta que esta lealdade das Forças Armadas em desempenhar de forma excepcional e o seu rigor e exigência em cada missão revela a sua importância e peso do seu contributo para a Aliança e garante a constante evolução dos militares.

O ensaio do General José Pinto Ramalho, “O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO” vem complementar o relato do General Luís Valença Pinto. Este artigo tem como objetivo destacar o processo organizacional da preparação, treino, força, organização das forças militares portuguesas para futuras missões. De acordo com o General Ramalho, a participação do exército nas missões da Aliança ajudou a adquirir “um conhecimento e uma experiência significativa no âmbito internacional, ao mesmo tempo, proporcionou aos seus militares uma oportunidade única de treino e aplicação real de capacidades (...)” (Ramalho, 2009, p. 67). Para que estas operações tenham sucesso, o mesmo explica que tal:

“exige a salvaguarda de algumas especificidades no âmbito da preparação das forças (...)” tais como o aprontamento que se enquadra “no âmbito do conceito de treino operacional genericamente definido para este Ramo das Forças Armadas, com as condicionantes inerentes à natureza do **treino orientado para a missão**”, isto é, “a natureza da missão, tipo de ameaças mais prováveis, características da Área de Operações e pela natureza das forças em presença.” e sustentação para controlar os recursos logísticos e financeiros para garantir “**maximização dos recursos disponíveis**” como armas, equipamento, veículos, sistemas de proteção, manutenção, pessoal e reabastecimento. (Ramalho, 2009, pp. 69-70)

Explana também que o exército disponibiliza de uma Força Operacional Permanente, composta por várias brigadas, cada uma com a sua missão. Mais uma vez, da mesma forma que os outros artigos, conclui-se que o exército se aplica nos seus objetivos práticos e logísticos.

No artigo “As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão” do Tenente-Coronel de Infantaria Domingos Rodrigues (2011), é analisado o esforço e dedicação que os militares portugueses demonstraram no quadro das operações no Afeganistão em 2002, posteriori ao 11 de setembro, até 2014. Desde a participação dos militares nestas missões, mesmo com uma redução no órgão de efetivos e falta de recursos “(...) as Forças Armadas Portuguesas [desempenharam] com particular profissionalismo todas as missões recebidas”, com capacidade de resposta, disponibilidade e prontidão, e “(...) acompanhou a evolução das operações no terreno, a sua missão e prioridades, (...)”. (Rodrigues, 2011, p. 140) A sua participação permitiu manter uma “forte visibilidade internacional”, integrar no contingente afegão adaptando-se à sua cultura, aperfeiçoar os meios de informação e comunicação e de segurança, contatos com os diferentes atores no terreno, tais como, ONU e outras Organizações não Governamentais. Para além disso, as Forças Armadas ajudaram as autoridades afegãs a estarem melhor preparadas para futuros conflitos. Posto isto, o artigo conclui que as Forças Armadas Portuguesas são um exemplo a seguir e de grande contributo no conseguimento da política externa e de segurança nacional. (Rodrigues, 2011, p. 143).

No entanto, o artigo escrito pela Professora Maria do Céu Pinto, “Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão” (2009), ao contrário dos outros textos aqui expostos, faz uma breve análise da falta de operacionais e de abordagem militar da Aliança no Afeganistão, quer no que toca aos EUA, quer à NATO. Afirma que os principais problemas para uma operação eficaz são as restrições nacionais e culturais, contingência militar, carência de uma estratégia global e poucos recursos logísticos e financeiros mais a agravante dos conflitos

internos do Afeganistão põe em causa a credibilidade da ISAF⁵¹ e o futuro da NATO.

De uma forma mais particular temos dois trabalhos que se centram em cada unidade dentro das Forças Armadas, “A Marinha e a sua Participação nas Missões Internacionais da NATO” do Almirante Fernando Melo Gomes (2009) e “A Força Aérea nas Missões Internacionais da NATO” (2009) do General Luís Esteves Araújo, são dois artigos que também incidem sobre as vantagens destas missões para o seu desenvolvimento. Esta copulação da Marinha e da Força Aérea com a NATO “foi responsável por importantes transformações, as quais foram determinantes para o incremento do prestígio interno e externo (...)” (Gomes, 2009, p. 62) A Marinha participou em várias missões como STANAVFORLANT⁵², África, *Active Endeavour*⁵³ que repercutiu alterações vantajosas nas técnicas, formação académica, decisões e métodos estratégicos, “especialização de recursos humanos”, redes de comunicação, nomeadamente uma “rede de Estações Radionavais no Continente, Açores, Madeira e Ultramar.” (Gomes, 2009, p. 54) “Os métodos de treino e os procedimentos são importados da experiência vivida na NATO” (Gomes, 2009, p. 54), como por exemplo, “na cooperação aeronaval e no emprego de dragaminas e submarinos, o que permitiu uma evolução significativa em termos da interoperabilidade, doutrina, técnicas e procedimentos, consubstanciando um enorme salto operacional.” (Gomes, 2009, p. 55) No artigo, o Almirante Fernando Melo Gomes também refere que a unidade dos Fuzileiros teve consequências positivas como a criação de um destacamento de equipas especiais, métodos de flexibilidade e abordagem. Referente à Força Aérea, o General Luís Esteves Araújo aclara que este agrupamento militar coopera com a Aliança desde 1992, desde então colaboraram em missões em zonas como Gibraltar e no Mediterrâneo no combate às atividades ilegais e terrorismo, Afeganistão e Países Bálticos que testaram as suas capacidades de operacionalização nos meios aéreos em variadíssimas intempéries

⁵¹ International Security Assistance Force, traduzido português, Força Internacional de Apoio à Segurança, missão liderada pela NATO no Afeganistão para combater os ataques terroristas no Afeganistão.

⁵² A Força Naval Permanente do Atlântico é uma operação que tem como objetivo vigiar os canais marítimos da Aliança para manter a segurança e paz na zona euro-atlântica.

⁵³ Missão que patrulha a área do Mediterrâneo para deter o terrorismo.

que ajudaram a melhorar a sua prestação – constante atualização de “táticas e técnicas de emprego e a normalização de procedimentos com forças aéreas aliadas e amigas”, utilização de “armamento de precisão e de equipamentos”, “processos de preparação e treino das tripulações”. (Araújo, 2009, p. 86)

O mesmo se aplica ao tema “A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão” do Tenente-General Francisco Proença Garcia, que incide sobre as missões nos mesmos locais. Começa por enquadrar a NATO no seu objetivo estratégico atualmente e as metas a atingir face aos conflitos atuais (terrorismo, tráfico humano, armamento, ciberterrorismo) e descreve três atuações das Forças Armadas: *Training Mission* no Iraque, com o objetivo de manter a paz e de dar formação tática e académica, recursos materiais aos agentes iraquianos; *International Security Assistance Force* no Afeganistão para assegurar a paz e garantir que as missões da ONU mantivessem operacionais; *United Nations Interim Force in Lebanon* para garantir “a restauração da paz e segurança internacional e a assistência ao governo libanês na restauração da sua efectiva autoridade na área.” (Garcia, 2008, p. 201) “para garantir que a área de operações não é utilizada para actividades hostis de qualquer espécie, podendo, se necessário, recorrer ao uso da força para fazer respeitar o mandato, ou seja, o restabelecimento no Sul do Líbano de uma área entre a Blue Line e o Rio Litani, livre de pessoal armado, equipamento e armamento além do pertencente à UNIFIL⁵⁴ ou ao Governo do Líbano.” (Garcia, 2008, p. 202)

Para além das operações no estrangeiro, as Forças Portuguesas também executam em território nacional. “As Missões e Capacidades das Forças Armadas Portuguesas no Arquipélago dos Açores” do Tenente-General José Romão Mourato Caldeira é dos poucos artigos, se não o único, que o IDN tem sobre missões a nível nacional. Segundo o seu depoimento, as Forças Armadas operam em três componentes: naval, terrestre e aérea. Na Componente Terrestre os militares participam na operação ZMILA⁵⁵ que garante a “defesa imediata do arquipélago, bem como a colaboração na sua vigilância e controlo, em especial de áreas e pontos sensíveis”, (Caldeira, 2015, p. 68) “relaciona-se com execução de missões em apoio ao desenvolvimento, bem-estar e

⁵⁴ United Nations Interim Force in Lebanon, é uma força que foi criada pela Nações Unidas para ajudar a combater os conflitos no Líbano.

⁵⁵ Zona Militar dos Açores

apoio militar de emergência (...)” (Caldeira, 2015, p. 69) e desenvolve programas de exercícios para testar a força e prontidão. Na vertente aérea, após a construção do aeródromo, várias esquadras militares (Esquadra41, Esq. de Transporte e Patrulhamento Marítimo, Esq.42, Esq.752, Esq. 711) efetuaram missões de busca e salvamento e apoio humanitário, como por exemplo no sismo de 1980 que abalou a ilha. No contexto marítimo, “No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, compete ao CZMARA⁵⁶ assegurar o funcionamento do MRCCA⁵⁷ Delgada, enquanto órgão do Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo. (...) tem atribuído, em permanência, um navio (normalmente uma corveta), em regime de rotatividade trimestral.” (Caldeira, 2015, p. 66) Também assegura o controlo de tráfego marítimo.

Nestes artigos é demonstrado um recenseamento em algumas categorias do desempenho prestado pelas Forças Armadas para se chegar à mesma conclusão que todos os outros artigos chegaram, Portugal participa em todos os pedidos da NATO, e que ajudou a desenvolver vários aspetos no país apesar de faltar modificar outros pontos e “dar a conhecer as principais entidades militares implantadas nos Açores” para se verificar “a importância da presença das Forças Armadas possuem na Região.” e o seu papel “no cumprimento da missão e defesa e manutenção da integridade territorial”. (Caldeira, 2015, pp. 75-76)

Veja-se que no artigo “Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão” há aspetos que devem ser tidos em conta, a ver, a falta de originalidade, uma vez que não há qualquer tipo de novidade ou de diferença, de uma forma geral, além disso, estes textos são uma lista de operações com número de militares para se observar a constante presença de Portugal nas missões da NATO. É de notar que de facto há uma falta de operacionais e de recursos logísticos e financeiros no ramo das Forças Armadas, mas, não se refere a Portugal. Apesar de Portugal estar subentendido na NATO, esta avaliação só se centra nos Estados Unidos. Seria importante, termos uma avaliação das missões no Afeganistão e não só, executadas pelos militares portugueses para ajudar a entender o que se deve melhorar e aprimorar para o sucesso das operações da NATO, na política de defesa e segurança nacional e o seu contributo na valorização e afirmação na

⁵⁶ Comando da Zona Marítima dos Açores

⁵⁷ Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo

política externa e interna na cena internacional, e na adaptação das Forças Armadas nestes contextos.

Estes artigos alegam ainda que as avaliações sobre a prestação excepcional das Forças Armadas são testemunho da relevância no seio da Aliança, no entanto não há qualquer tipo de exemplificação sobre as mesmas, não há qualquer tipo de ligação aos conceitos estratégicos e os seus objetivos, poderiam explicar o esforço, dedicação, a evolução dos militares mais pessoal, mais aprofundada, para que tivéssemos uma ideia dos sentimentos e das sensações que se passam durante as operações, os constantes exercícios que executam para estarem prontos e adaptados em qualquer eventualidade. Além de que apresentam os seus ensaios baseados noutros autores e dos seus testemunhos, como por exemplo o artigo científico do Almirante Fernando Melo Gomes, mas não se verifica tais vestígios, a não ser, uma descrição frívola, sintética de algumas transformações a nível nacional após a adesão à Aliança e as participações. Os testemunhos são uma ótima forma de criar pontes e suscitar interesse entre os civis e militares.

Não obstante, grande parte dos textos apresentam uma descrição muito longa, em que faz uma contextualização histórica de cada área de operação (aérea, terrestre e marítima), uma lista muito extensa de números de operações, com muitas siglas que acaba por ser confuso e difícil de acompanhar, com número de elementos em cada uma das operações, o que é vago e grande parte das missões que são descritas em cada objeto são as mesmas, Portugal não participa só no Afeganistão, Iraque, Mediterrâneo para travar os conflitos civis, também participa em ações humanitárias e científicas crime organizado, conflitos étnico-religiosos, migrações irregulares, centro e leste da Europa. Para além disso seria interessante que escrevessem artigos mais reais, que demonstrassem as vantagens e desvantagens de pertencer às Forças Armadas.

Seria aliciante se os artigos se centrassem mais em algumas operações e fizesse um relato de como foi executado, organizado, planeado, número de oficiais e praças. Assim faria jus à sua conclusão em que aponta que o objetivo deste artigo se verificaria a importância das Forças Armadas, e seria uma boa oportunidade para atualizar e divulgar mais temas sobre o Conceito da NATO, da Defesa e Segurança Coletiva, Gestão de Crises, presença da Rússia em África, segurança cooperativa, a importância da Aliança para os estados-membros e a importância das missões para os países membros e para o mundo, a sua relação com o CEDN e a estabilização democrática em

Portugal e profissionalização militar, valorizar os soldados do quadro das Forças Armadas pela sua rápida capacidade de flexibilidade e adaptação para atuar fora da sua zona de conforto e evitarem os oponentes que possam originar hostilidades beligerantes, a reestruturação dos ramos, uma vez que muito dos documentos foram publicados há mais de dez anos.

Demonstrando a exigência do seu desempenho, o IDN deveria empenhar-se em valorizar e dignificar a carreira militar e as missões internacionais através de testemunhos, escritos ou presenciais, de oficiais dos vários ramos das Forças Armadas em que partilhassem a sua experiência nos treinos e nas missões, a importância das mesmas e a sua ligação aos conceitos de segurança e defesa, estratégia e defesa nacional, e as suas vivências. Aprofundar as investigações, isto é, explicar e refletir o objetivo de cada missão, como é estruturada, qual o protocolo a seguir para que a operação tenha sucesso, o seu contributo para o Conceito Estratégico da Defesa Nacional, para a manutenção da paz. Além disso, salientar que as Forças Armadas Portuguesas também participam em missões humanitárias, emergências civis, iniciativas para cooperar e compreender zonas de interesse como, por exemplo, o Mediterrâneo, Istambul. Parcerias com as outras organizações, nomeadamente a ONU, Cruz Vermelha, União Europeia, EUROCONTRO para a manutenção da paz, e programas científicos e ambientais. Para além disso, abordar nas suas conferências os conceitos estratégicos da defesa nacional e da NATO e as suas ligações, o papel de Portugal no seio da NATO. Realizar papers para que os cidadãos possam ter a oportunidade de escrever artigos sobre os mesmos, e de partilhar ideias ou propostas, estimulando, assim, a uma maior compreensão e reflexão.

As visitas de estudo às unidades são, de facto, um trunfo valioso para suscitar interesse no quadro das Forças Armadas, mas, para além de fazer uma apresentação informativa, deveria ser mais dinâmico e apelativo, no sentido em que os oradores deveriam apostar, em conteúdos que demonstram os militares em áreas de atuação, simulacros, exposições estáticas, contatos sociais a nível interno independentemente da sua hierarquia. Seria também interessante se o Instituto da Defesa Nacional abrisse portas a outras instituições congéneres afim de se dar a conhecer qual a sua finalidade, enquanto percursos de uma mais valia na Defesa Nacional, para estabelecer sinergias com o intuito de captar

curiosidade nos jovens nas áreas de ciência política, relações internacionais e estratégia.

Visto que estamos num mundo mais globalizado e cada vez mais tecnológico, em que a divulgação de informação se faz, cada vez mais, através das redes sociais, o IDN deveria tirar mais partido das redes sociais para ser mais transversal à sociedade. Uma vez que a sua estrutura é orgânica e multidisciplinar, composta por elementos da Marinha, Força Aérea, Militar, e outras forças de segurança, poderia publicar, acompanhado por uma fotografia, informação sobre o militar (ramo, missões em que participou, área de investigação dentro do Instituto), e também dos estagiários. Outra coisa que deveria ser feito era partilhar curiosidades, factos, notícias, celebrações acerca das Forças Armadas, Missões, NATO, CEDN, e outras Forças de Segurança (Fuzileiros, GNR, PSP, UEP).

CONCLUSÃO

Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, começou uma nova guerra, denominada por Guerra Fria, entre as duas grandes potências vencedoras os Estados Unidos da América e a Rússia, na altura União Soviética, apesar de terem sido aliados durante a Segunda Guerra Mundial para derrotar a Alemanha Nazi com o propósito de expandir a sua influência. A Guerra Fria teve início em 1947 quando as duas potências se dividiram e passaram a defender modelos de sociedade diferentes: capitalista (EUA) e comunista (URSS). Em 1949, num clima de tensão militar, criou-se a NATO com o objetivo de manter a paz, liberdade e estabilidade dos seus membros, surgindo assim o primeiro conceito de segurança e defesa. Apesar das suas mudanças e adaptações no seu conceito estratégico face às ameaças globais, permitiu que se mantivesse atual e importante no processo evolutivo no âmbito da segurança para combater o terrorismo, proliferação de armas, ciberterrorismo, armamento nuclear e uma defesa coletiva para que os estados-membros se entrem ajudarem e partilharem ideias.

A adesão de Portugal a esta aliança foi muito importante para o seu desenvolvimento estratégico e militar. Com isto, o Conceito Estratégico da Defesa Nacional é um conceito que assenta na segurança, liberdade, paz e independência nacional. As Forças Militares portuguesas, apesar de serem elogiadas pela sua dedicação em cada missão, estavam muito aquém. Neste sentido com a ajuda e da influência da NATO, passou a dar importância em disponibilizar forças musculadas para atuar em gestões de crises, reforçar o controlo de tráfico de armas de destruição (nuclear, biológicas, tecnológicas, químicas), ataques terroristas, conflitos entre culturas e apoio humanitário e partilha de informação entre os estados-membros e levar ao mais alto grau de desempenho as capacidades dos militares, alterando assim os princípios do CEDN. As Forças Armadas Portuguesas, tiveram uma evolução muito significativa no seu método de atuação e prestação. Todas as unidades das Forças Armadas passaram a participar em cursos de formação para adquirir conhecimentos teóricos e práticos para aperfeiçoar a sua aptidão operativa, força, reação e resposta. Além disso, passaram a disponibilizar de meios logísticos. Por conseguinte, Portugal começou a participar em variadas operações no estrangeiro, nomeadamente no Afeganistão, Iraque, Mediterrâneo e África, para manter a paz e segurança nos países de maior conflito que, no futuro, poderiam afetar a segurança dos outros. Assim, concluiu-se que Portugal é dos

principais atores que mantêm a ordem, harmonização, convivência nos países hostis e assegurar a segurança e defesa do seu território e os princípios basilares do CEDN.

O Instituto da Defesa Nacional tem como missão consciencializar, e ajudar os civis a refletir nos assuntos da segurança e defesa, aproximar os civis dos militares para valorizarem os ramos das Forças Armadas e das Missões Internacionais, através de cursos, seminários, cimeiras, livros, conferências, pós-graduações, papers e newsletters, escritos e lecionados por investigadores e entidades de renome. Contudo, o seu contributo está aquém do que era expectável. Nos cadernos Nação e Defesa é possível encontrar oito textos dos quais se observa uma constante repetição sobre as mesmas missões, independentemente se é sobre a Marinha, Força Aérea ou Exército, o que se aprendeu com elas e o que se deve melhorar sem qualquer referência ao grau de importância de ainda haver militares nas Forças Armadas capazes e dedicados a defender os interesses do país, cumprir os princípios do CEDN, e manter a paz.

O Instituto da Defesa Nacional, sendo um local, como já acima mencionado, de pesquisa, investigação, divulgação, publicação, formação tentando chegar, de forma apelativa e interativa, a todos os cidadãos para desenvolver um entendimento nacional de segurança e defesa, e dos valores fundamentais na cooperação com organismos internacionais, não contribui o suficiente para a valorização das Missões Internacionais e das Forças Armadas Portuguesas. No que toca ao tema aqui exposto, o Instituto poderá fazer muito mais. É necessário que o IDN inove, alargue os seus horizontes para outras plataformas, esteja mais presente nas redes sociais para uma maior interação com os jovens (responder a questões nas redes sociais, partilhar fotografias dos eventos e dos elementos que compõe o Instituto, dar mais visibilidade do que é o Instituto, e de futuros projetos), e convide os civis a visitar as suas instalações.

Os principais objetivos deste estágio são: ter a noção do papel e do seu grau de importância para a Estratégia da Defesa Nacional, reforçar as suas relações bilaterais e multilaterais com os outros Estados Membros para certificar que o país está em segurança e que os outros países não o comprometam bem como sensibilizar, alertar, reforçar e informar as pessoas sobre vários temas que põe em causa a Defesa e Segurança do país e valorizar a importância das Forças Armadas Portuguesas e a importância do homem nestas unidades. A nível pessoal, possibilitou melhorar a forma de estar e de falar. Tendo em conta que o tipo de ambiente do IDN é formal, incentivou

a melhorar ou até mesmo mudar o tipo de vestuário para algo mais profissional. A convivência diária com militares, diplomatas, ministros, forças de segurança, embaixadores, adidos e civis, estimulou para o desenvolvimento e melhoramento da forma como se aborda e do tipo de diálogo e o seu trato e o comportamento que se deve ter nas ocasiões e na obtenção de contatos e até mesmo amizades dentro das instalações. Este tipo de meio e sociedade em que se está inserido, proporcionou a perceber a preparar-se para a transição de estudante para a vida. Ainda que a área das Forças Armadas e de segurança façam parte desde o seu crescimento, ajudou a aumentar, ainda mais a paixão e o interesse pelas Forças Armadas.

As tarefas realizadas durante os seis meses foram, no geral, de execução acessível e estimulantes. As dúvidas que surgiram durante a execução dos trabalhos foram pontuais, nomeadamente a formatação e organização de dados no programa Word ou Excel, aos quais foram esclarecidos de imediato e com clareza, bem como esclarecimento de informação facultada pelos assessores. O mais desafiante neste percurso foram a pesquisa de informação sobre a construção de um b-learning e como utilizar e verificar a lista de convidados dos seminários com a chegada dos mesmos ao Instituto, por não identificar as suas caras e, para além disso, o facto de a folha que era facultada com a lista não ser perceptível, era organizada alfabeticamente pelo apelido e, por fim, a lista não era entregue com antecedência para nos prepararmos já que não tínhamos experiência.

Verifica-se também que na maior parte dos cursos os conferencistas convidados são os mesmos, o que se poderá tornar pouco apelativo. O IDN devia apostar noutros profissionais académicos e militares para que seja mais dinâmico, interessante e diversificado, como também indivíduos com opiniões diferentes sobre o mesmo tema para que os auditores tenham uma visão mais alargada, de perspetivas diferentes, enriquecidos no conhecimento, e para estimular o auditor a tirar as suas próprias conclusões.

O Instituto da Defesa Nacional trabalha de forma profissional e organizada, adequada, eficaz, com prontidão e capacidade de resposta, e sempre disponível para qualquer eventualidade. Há que reconhecer o incansável trabalho e dedicação dos assessores e investigadores do IDN fazem na realização de conferências, seminários, visitas de estudo, grupos de reflexão, mesas redondas, cursos e referenciais, convidando entidades de grande importância e profissionais, experientes nas matérias propostas,

para chegar ao maior número de pessoas de todas as idades para propagar a importância das Forças Armadas, NATO, o conceito de segurança e defesa nacional e a sua missão, os desafios e ameaças que o país enfrenta todos os dias - terrorismo, ciberterrorismo, reprodução e distribuição de armamento, migrações, refugiados, alterações climáticas assim como salientar que Portugal tem as suas vantagens e apresenta um papel importante e crucial em questões internacionais.

Também é de louvar o facto de o IDN transmitir um ambiente familiar e saudável facilitando a inserção dos novos elementos. Desde a cozinha até às empregadas de limpeza, são muito simpáticos, bem-dispostos, humildes, prontos para ajudar no que fosse preciso fazendo os possíveis para que nos sentíssemos bem e à vontade. Os assessores foram sempre simpáticos e prestáveis, explicavam de forma clara o que era preciso fazer e preocupavam-se em saber se os estagiários compreendiam ou se havia qualquer tipo de dúvida. Contavam sempre com a opinião dos estagiários na organização e planeamento dos eventos assim como sugestões para melhorar e aprimorar os esquemas de planeamento e de recolha de dados, conferencistas e informação sobre determinados temas. No final de cada evento os assessores reconheciam o empenho e dedicação do estagiário, sendo um enorme prazer trabalhar com todos em todas as áreas.

Outro aspeto positivo na experiência no Instituto foram as cerimónias de despedida. Demonstra que valorizam o indivíduo, que não sai das instalações despercebido, e que todo o seu empenho e dedicação que prestou são reconhecidos por todos. A mesma coisa se aplica na cerimónia de colocação de divisas.

Outro ponto positivo é a biblioteca. Este espaço é aberto a todos e contém uma panóplia de livros e revistas muito completos, sobre segurança e defesa, direito internacional, europa, teorias das relações internacionais, psicologia, relações internacionais, Forças Armadas, história, economia e política. Apesar de ser um espaço modesto, é uma das grandes atrações do IDN. Acrescento e saliento o contributo que teve para o tema deste relatório e no apoio de recolha de informação.

Para concluir, este estágio teve um enorme contributo na experiência profissional e pessoal da estagiária. Em primeiro lugar, foi possível adquirir e implementar o conhecimento académico e, ao mesmo tempo, ganhar experiência, trocar ideias, reforçar e ganhar confiança na tomada de decisões. Desenvolver o interesse em

saber como agir e decidir sobre questões pertinentes entre países e a relevância de compartilhar a tomada de decisões não só nas decisões políticas internas, mas, sobretudo, nas externas, que é um dos veículos que está interconectado nas relações políticas internacionais no domínio da segurança e defesa. Por consequente, entende-se a razão da existência de um instituto como este, os objetivos e missões do IDN, a importância do conceito estratégico de segurança e defesa e da defesa nacional, o papel crucial e fundamental que tem o Ministério da Defesa Nacional e o IDN a nível nacional e internacional, e por consequência, aprofundá-los. Contribuiu, igualmente, para a aprendizagem na partilha de tarefas e de trabalhar em equipa com os outros colegas estagiários tornando-se gratificante e recompensador, ajudou a melhorar aspetos como a organização, partilha de material de informação e de ideias, e o diálogo. Além disso, ajudou a estagiária a aperfeiçoar a capacidade de resposta aos pedidos sob pressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência de Notícias Lusa. 2020. “Militares das Forças Armadas participaram em 29 missões internacionais”. Rádio Renascença, 10 de janeiro de 2020. <https://rr.sapo.pt/2020/01/10/pais/militares-das-forcas-armadas-participaram-em-29-missoes-internacionais/noticia/177893/>

Alves, José Lopes. 2014. “Memória do Instituto da Defesa Nacional - Testemunhos”. *IDN Cadernos*, 13: 11-17. Instituto da Defesa Nacional.

Amado, Luís. 2009. “60 Anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica. Conferência de Abertura”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 13-24. Instituto da Defesa Nacional.

Araújo, Luís Esteves. 2009. “A Força Aérea nas Missões Internacionais da NATO”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 81-86. Instituto da Defesa Nacional.

Barros, Diana. 2019. “A Posição e o Futuro da NATO no século XXI.” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/41556>

Bull, Hedley, 1977. “The Anarchical Society: a study of order in world politics”, Third Edition, Palgrave, New York.

Caldeira, José. 2015. “As Missões e Capacidades das Forças Armadas Portuguesas no Arquipélago dos Açores”. *Nação e Defesa*, 141: 53-78. Instituto da Defesa Nacional.

Conselho de Ministros. 1985. “Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85”. *Diário da República*, 1ª Série, 42/1985 (fevereiro). <https://dre.pt/home/-/dre/327295/details/maximized>

Conselho de Ministros. 2013. “Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013”. *Diário da República*, 1ª Série, 67/2013 (abril). <https://dre.pt/application/file/a/259983>

Costa, António. 2018. Mensagem em vídeo gravada durante a visita do Primeiro-Ministro ao contingente português na missão da NATO no Afeganistão. *Rádio TSF*, 23

de dezembro de 2018. <https://www.tsf.pt/politica/primeiro-ministro-enaltece-contributos-dos-militares-para-o-prestigio-do-pais-10360183.html>

Cravinho, João. 2019. Discurso do Ministro da Defesa Nacional na cerimónia de inauguração do Memorial aos Combatentes na Freguesia de Santo Amaro, Portalegre. *Diário de Notícias*, 29 de junho de 2019. <https://www.dn.pt/poder/forcas-armadas-sao-fonte-de-prestigio-para-portugal-diz-ministro-da-defesa-11059641.html>

Domingos, Cristina, Lemos, Jorge, & Canavilhas Telma. 2012. Geografia C – 12º Ano Volume 1. 5ª Edição, E-4378-12. Lisboa, Plátano Editora. S.A.

Espírito Santo, Gabriel. 2009. “A NATO numa Perspectiva Militar: entre o Sonho e as Realidades”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 31-39. Instituto da Defesa Nacional.

Fawcett, L. 2013. “International Relations of the Middle East”, Third Edition, Oxford University Press.

Fernandes, Cristiana. 2019. “O Papel dos Think-tanks no Quadro da Política de Defesa”. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/90748>

Ferreira, José Medeiros. 2000. “Forças Armadas e o Regime Autoritário”. *Nação e Defesa*, 2ª Série, 94: 107-122. Instituto da Defesa Nacional.

Garcia, Francisco Proença. 2008. “A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano”. *Nação e Defesa*, 3ª Série, 121: 177-209. Instituto da Defesa Nacional.

Garcia, Gilberto Lopes. 2019. “As Forças Armadas Portuguesas”. Powerpoint de apoio no XX Curso de Defesa para Jovens, organizado pelo Instituto da Defesa Nacional.

Gomes, Fernando Melo. 2009. “A Marinha e a sua Participação nas Missões Internacionais da NATO”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 51-62. Instituto da Defesa Nacional.

Instituto da Defesa Nacional. 2020. “Plano de Atividades 2020”. Acedido a 2 de abril de 2020.

https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/plano_atividades2020.pdf

Instituto da Defesa Nacional. 2019. “Plano de Atividades 2019”. Acedido a 3 de abril de 2020.

https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/organizacao/instgestao/Lists/IDN_DocumentoLookupList/plano_atividades2019.pdf

Instituto da Defesa Nacional. s.d. “Investigação: Linhas de Investigação”. Acedido a 2 de abril de 2020. <https://www.idn.gov.pt/pt/investigacao/projetos/linhasinv>

Instituto da Defesa Nacional. s.d. “Publicações”. Acedido a 2 de abril de 2020. <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=011>

Instituto da Defesa Nacional. s.d. “Quem Somos: Missão”. Acedido a 1 de abril de 2020. <https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/quemsomos/missao>

Instituto da Defesa Nacional. s.d. “Quem Somos: Visão”. Acedido a 1 de abril de 2020. <https://www.idn.gov.pt/pt/sobre/quemsomos/visao/Paginas/default.aspx>

Kissinger, Henry. 2007. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva

Machado, Miguel. 2015. “Missão no Iraque & Mais um Natal Longe da Pátria”. *Operacional*, 18 de dezembro de 2015. <https://www.operacional.pt/missao-no-iraque-mais-um-natal-longe-da-patria/>

Machete, Rui. 2009. “60 Anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 25-30. Instituto da Defesa Nacional.

Marcos, Daniel. 2013. “A NATO e o Corpo de Estado Maior”, *Ler História*, 65: 9-24. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa.

Ministério da Defesa Nacional. s.d. “História”. Acedido a 15 de maio de 2020. <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/historia/>

Ministério da Defesa Nacional. s.d. “O que faz o Ministério da Defesa Nacional”. Acedido a 15 de maio de 2020. <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/Paginas/mdn.aspx>

NATO. 1968. “A Report by the Military Committee to the Defence Planning Committee on Overall Strategic Concept for the Defense of the North Atlantic Treaty Organization Area.” <https://www.nato.int/docu/stratdoc/eng/a680116a.pdf>

NATO. 2004. “A Transformação da OTAN.” https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_publications/20120116_nato-transpor.pdf

Paraíba, Florbela. 2019. “CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Powerpoint de apoio à apresentação da CPLP no XX Curso de Defesa para Jovens, organizado pelo Instituto da Defesa Nacional.

Pinto, Luís Valença. 2009. “As Missões Internacionais da NATO”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 41-50. Instituto da Defesa Nacional.

Pinto, Maria do Céu. 2009. “Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 124: 203-216. Instituto da Defesa Nacional.

Pires, Mário Lemos. 2014. “Memória do Instituto da Defesa Nacional - Testemunhos”. *IDN Cadernos*, 13: 18-23. Instituto da Defesa Nacional.

Ramalho, José Pinto. 2009. “O Aprontamento e Sustentação das Forças do Exército nas Missões Internacionais da NATO”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 63-76. Instituto da Defesa Nacional.

Rodrigues, Domingos. 2011. “As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão”. *Nação e Defesa*, 5ª Série, 130: 131-155. Instituto da Defesa Nacional.

Sistema de Informações da República Portuguesa. 2019. “O que é o Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP)”. Powerpoint de apoio no XX Curso de Defesa para Jovens, organizado pelo Instituto da Defesa Nacional.

Sistema de Informações da República Portuguesa. s.d. “Quem Somos”. Acedido a 15 de abril de 2020. <https://www.sirp.pt/quem-somos/o-sirp>

Teixeira, Nuno Severiano. 2009. “A NATO, a União Europeia e a política de defesa em Portugal”. *Revista de História das Ideias*, vol. 30: 571. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/2183-8925_30_32

Telo, António José. 1999. “Portugal e a NATO: 1949-1976”. *Nação e Defesa*, 2ª Série, 89: 43-84. Instituto da Defesa Nacional.

Telo, António José. 2009. “60 Anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica. Editorial”. *Nação e Defesa*, 4ª Série, 123: 5-9. Instituto da Defesa Nacional.

Valente, João. 2014. “Portugal e a NATO e Conceitos Estratégicos”. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7484/1/EXE%20INF%20632%20Jo%C3%A3o%20Valente.pdf>

Vieira, Guilherme de Sousa. 2014. “Memória do Instituto da Defesa Nacional - Testemunhos”. *IDN Cadernos*, 13: 24-31. Instituto da Defesa Nacional.

Vieira, Manuel. 2019. “O sistema de Segurança Interna”. Apresentação em powerpoint de apoio no XX Curso de Defesa para Jovens, organizado pelo Instituto da Defesa Nacional.